METODOLOGIA GEOGRÁFICA E CRÍTICA DA GEOGRAFIA IDEOLÓGICA

João Bernardo

NOTA PRÉVIA, MAS TARDIA

Marxista e spinozista, não creio que dominemos o nosso presente. Muito menos entendo, por isso, que possamos dominar o que é já passado. Daí que publique, sem mais alterações do que a correcção de umas poucas palavras, um texto redigido há seis anos, quando as minhas posições teóricas começavam a descrever um arco de círculo que ainda hoje percorrem, e quando começava a aperceber-me de que as formas por que realizava a minha prática estavam longe de corresponder ao que, desde sempre, têm sido os anseios últimos dessa prática. Apresento no entanto este texto hoje, tanto tempo decorrido e tantas experiências recomeçadas, porque em nada alterei as minhas posições quanto ao seu objectivo fundamental: propor um modelo teórico para os estudos geográficos e esboçar as linhas que deveria seguir a crítica da geografia. Continuo a achar esse modelo, nos traços gerais em que o apresento, como decorrente de uma posição revolucionária, e os rumos de crítica abertos continuam a parecer-me os que mais longe podem alcançar. Também nada altero em tudo aquilo — e muito é — de que discordo já, pois parece-me que só um moralismo católico (chame se ele auto-crítica) pode pretender apagar os traços do passado. O passado é um passado. Não há passados. Há presentes que se sucedem. Pretender apagar um passado e reconstituir de outro modo, *a posteriori*, o que gostaríamos que tivesse sido a nossa evolução, não é mais do que a utopia ridícula de procurar subsumir ao presente outros presentes, tão reais como ele — ou mais ainda, sabe-se lá, porque já absolutamente intocáveis!

Em nada mudando as ideias expostas, preferi defrontá-las com a expressão muito sumária das minhas ideias actuais sobre os mesmos assuntos, de forma a que o leitor possa, preenchendo a seu modo o espaço de seis anos que

vai entre ambas as teses, ou seguir a evolução que me fez passar de umas para outras, ou negar as actuais em nome das antigas, ou talvez encontrar no tecido contraditório que as sustenta a todas a possibilidade de uma coexistência e não uma exclusão. A mim compete-me só escrever, e nunca tentar impôr uma leitura. É ao leitor que cabe ler e tirar as suas conclusões. Ao gosto do cliente.

Ajudará talvez à compreensão deste artigo explicar porque o escrevi, já que a geografia, nisto tudo, não foi nunca a preocupação original. As preocupações de uma prática revolucionária e, de forma mais difusa mas também mais geral, a própria necessidade de compreender a novidade dos factos contemporâneos que à luz do leninismo clássico permaneciam inexplicáveis, levou-me a estudar, e depois a tentar desenvolver por minha conta e risco, a concepção de «capitalismo de Estado». E começando, como manda a boa ordem, por tentar definir as palavras para chegar até ao seu objecto, afigurou-se-me que o significado geral do termo *capitalismo* a ninguém poria dúvidas, mas que, pelo contrário, o *Estado* era o mar ignoto da teoria. Está em geral o Estado sujeito a análises jurídicas, que o abordam sob o ponto de vista institucional, mas deixando de lado um aspecto fundamental da existência do Estado enquanto tal: a sua territorialidade, a espacialidade. Para compreender o capitalismo de Estado tinha, pois, de entender o que era um espaço de terra e como podia essa superfície definir-se e demarcar-se. Ora, o estudo da superfície terrestre e das suas demarcações era, tanto quanto me parecia, a coutada disciplinar dos geógrafos. Daí, esta minha súbita preocupação geográfica, ao termo da qual cheguei onde começara, não digo com respostas, mas formulando novas perguntas, ou reformulando as antigas — e é isso o essencial. Não é a geografia que permite definir a existência, para o homem, da superfície da terra, nem é à geografia que as demarcações, as divisões, as fronteiras, referem a sua existência. É a um nível em que o Estado é um dos elementos fundamentais. Mas, reenviando ao Estado aqueles aspectos do conhecimento que antes se tinham dele afastado, reestruturei nesse mesmo gesto a significação do Estado. O Estado inserido no nível que define as regiões e que dá à terra o seu conteúdo de superfície para o homem é um elemento importante do modo de produção, um aspecto fundamental do nível económico, e não uma pirâmide ou articulação de instituições meramente jurídicas. Mas é aqui que pára este artigo, e é a partir daqui que ele se continuou noutros trabalhos que têm até agora sido a minha preocupação (redactorial) dominante. Em suma, partindo da questão de saber o que é a geografia, respondi-lhe negando-a enquanto tal, dizendo que a geografia não é nada senão o nome com que se cobre a ausência de pensamento do nível em que o Estado se inclui. É este, pois, o fio condutor de todo o artigo: denunciar na geografia uma ausência e pretender definir o seu objecto tradicional em função de uma nova presença, que tal ausência teria por função cobrir.

Postos os princípios e os fins do artigo, que me parecem hoje os meios empregues?

1. O principal ponto em torno do qual houve uma mutação nas minhas ideias consiste na estrutura do modo de produção. A partir das primeiras linhas deste artigo, e em todos os modelos e esquemas nele elaborados, é a estruturação geral dos modos de produção comum às ortodoxias marxistas que emprego, seguindo o exemplo clássico da sua exposição por Marx no prefácio da *Contribuição à crítica*... Hoje reestruturo esse modelo numa forma que sofreu alterações profundas. Em pri-

meiro lugar, não creio que possa falar-se de uma verdadeira contradição, e muito menos de uma contradição fundamental, entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. As forças produtivas (a tecnologia no sentido lato, que abarca não só os meios materiais: as máquinas e instalações, não só o processamento material dos objectos de produção, mas ainda a própria formação profissional da força de trabalho e, em geral, a sua própria formação enquanto força de trabalho) são essencialmente sociais, são absolutamente determinadas pelas relações de produção, ou ainda, numa fórmula mais drástica, são a realização material das relações sociais de produção. Há desfasamentos e atritos, provenientes precisamente do carácter material dessa realização, e a isso se resume a tão celebrada contradição forças produtivas/relações de produção. Em segundo lugar, a mutação para uma nova forma de produção e para um novo tipo de sociedade em geral não provém de uma contradição aberta por umas forças produtivas que *passaram* além das relações de produção, contradição essa que seria então encerrada pelo resultado de uma outra contradição: entre exploradores e explorados. Essas forças produtivas, no seu desenvolvimento, constituindo a realização material do capitalismo, só podem servir de fundamento a formas de produção capitalista. A possibilidade revolucionária da contradição explorados/exploradores não consiste em adequar as formas de exploração aos novos desenvolvimentos da tecnologia capitalista, mas sim em desenvolver, na luta em que tal contradição se trava, relações sociais, novas, inteiramente antagónicas do capitalismo e impossíveis de realizar no seu seio, e que o proletariado explorado realiza materialmente quando, na *luta contra* o capitalismo, passa a *produzir consoante as relações* que nessa luta se estabelecem. E no desenvolvimento dessa nova produção e da nova tecnologia, realização material das novas relações sociais, ou melhor, no que até agora tem sido a frustação desse desenvolvimento, que residem os dramas da revolução e das contra-revoluções dos últimos cem anos. Em terceiro lugar, os níveis jurídicos e estaduais, classicamente incluídos na super-estrutura ao lado das formas ideológicas de representação, parece-me hoje que devem ser inseridos nas relações de produção. O Estado deve ser inserido no económico, como um nível deste, quer nas relações inter-capitalistas, quer nas relações entre capitalistas e proletários. Mas esta, como disse, foi uma conclusão imediatamente aberta pela redacção do artigo, que prossegui em estudos seguintes, e não ainda um pressuposto deste artigo.

A partir desta estrutura global do modo de produção, é fácil depreender que fui levado a negar uma problemática da transição entre modos de produção. Na sua forma tradicional, essa problemática supõe a existência, no modo de produção de que se transita, de um nível que se desenvolve em fundamento do modo de produção para o qual se transita. No modelo de que acima dei breves traços, pelo contrário, os embriões do novo modo de produção surgem desde o início numa articulação absolutamente antagónica com o modo de produção anterior, de forma que a «transição» só pode ser estudada em cada modo de produção específico e em cada caso concreto, sendo insusceptível de uma teoria geral.

2. A afirmação da tecnologia (no sentido geral em que a entendo, sinónimo portanto de forças produtivas) como inteiramente determinada por relações de produção dadas e insusceptível, por isso, de servir de base a outras relações de produção, levou-me a alterações muito profundas no modelo de ideologia proposto neste artigo. Nesse modelo a ideologia é em geral

afirmada como forma de representação de uma prática particular — tese que mantenho integralmente. A ideologia é para mim, sempre, ideologia de uma prática, e não ideologia da natureza, ou da humanidade. Isto afasta completamente qualquer problemática que se refira à *verdade natural*. A ideologia só é verdadeira enquanto forma de representação de uma prática, e uma prática é sempre prática de um indivíduo *sobre* a natureza, ou *sobre* as instituições da restante humanidade, sendo por isso a verdade de cada ideologia referida a essa prática, e não à natureza ou à humanidade. Cada ideologia é, deste modo, sempre verdadeira, porque só pode referir-se à prática de que constitui a forma de representação. Considerar uma ideologia como falsa será pois, somente, afirmar que essa ideologia, produzida por uma prática alheia, é inadequada à nossa prática própria. No artigo que se segue, porém, se a ideologia é concebida sempre como ideologia de uma prática, foi o nível da prática que eu hierarquizei em práticas várias, distinguíveis pela profundidade material com que são capazes de afirmar o seu objecto. Teríamos, assim, uma determinada prática tecnológica, eficaz na realidade natural e capaz de ser articulada com relações sociais de tipo novo; e, por outro lado, uma prática de reprodução das relações sociais, de que a prática na tecnologia capitalista — considerada em-si — era absolvida. Daí a hierarquia que estabeleci entre *a ciência*, forma de conhecimento de estatuto superior porque possível de se articular em vários sistemas e capaz de alcançar a realidade efectiva da natureza (escrevi neste artigo: «o nível científico é *silencioso* sobre as condições de existência das classes sociais»), e *a ideologia*, forma demoníaca do conhecimento que se reduz a conhecimento da reprodução da exploração. Porém, a partir do momento em que reestruturei a relação das forças produtivas com as relações de produção, considerando a tecnologia da actual indústria capitalista meramente como a realização material das relações sociais capitalistas, aquela hierarquização das práticas ruiu nos seus próprios fundamentos. A prática na tecnologia é, em si própria, tão reprodutora das relações sociais de exploração existentes como a prática na polícia ou no *Diário de Notícias*, e toda a prática contrária às relações capitalistas só se pode desenvolver materializando-se numa nova tecnologia — e é esse o problema real das revoluções até hoje frustradas. Assim, ao contrário do que exponho neste artigo, o conhecimento aparece-me hoje, em todos os casos e qualquer que seja o seu objecto formal, como o conhecimento de uma prática, e nunca da verdade natural. Não há práticas que se dirijam à verdade natural. A verdade natural não existe. Existem somente verdades práticas, que são a verdade de cada prática, em si mesma, em cada momento. Em suma, não há «ideologia» nem «ciência» — e nisto me oponho até ao título do artigo, em que reproduzo a tradicional oposição de uma teoria (promovida) a uma ideologia (degradada). Há formas de conhecimento de práticas específicas e particulares, todas elas inseridas em relações sociais mais vastas, e que não ultrapassam.

A partir daqui, não é difícil pressentir que no meu entender actual a especificidade das ideologias do proletariado não vem de qualquer forma de eficácia própria dessas ideologias que as outras não possuam, quero dizer, não resulta de a ideologia proletária ir mais fundo na prática sobre a natureza e a sociedade do que a ideologia das restantes classes sociais. Sob este aspecto, a prática da classe proletária não vai mais fundo do que a da classe dos gestores, ou da classe da burguesia particular — a profundidade de cada uma é a sua própria prática.

A especificidade das ideologias proletárias reside no facto de o proletariado não ter de criar estruturas repressivas que mantenham relações de exploração, as quais se reproduzem sempre a nível ideológico em formas de perpetuação de momentos particulares da ideologia, na esclerose, no dogmatismo, etc. Libertárias e colectivistas, as relações sociais que os proletários estabelecem na luta contra o capital, e que constituem em si os germens únicos de uma possível sociedade futura, não têm como condição da sua vigência o reproduzirem-se na imutabilidade de uma forma dada. A expressão ideológica deste facto consiste no aspecto permanentemente crítico das ideologias proletárias. Antonio Labriola apercebeu-se bem disso — o que a generalidade dos ideólogos profissionais, precisamente porque profissionais da esclerose ideológica, tem por função ignorar.

3. O desenvolvimento extremo deste modelo da ideologia como expressão unicamente da prática, e não da realidade natural, levou-me a proceder, hoje, a duas outras alterações muito importantes. Primeiramente, concebo a prática como puramente particular, e todos os grupos e classes sociais se definem pela existência de instituições em que se processam em comum aspectos idênticos de práticas particulares — mas essas práticas, enquanto tais, têm uma multiplicidade de outros aspectos, que se processam numa variedade de outras instituições. Assim, se há certas formulações ideológicas gerais, uma ideologia enquanto sistema é sempre particular, expressão de uma prática particular. Esta é uma posição radicalmente contrária à do artigo que se segue, onde afirmo a similitude estrutural entre as formulações ideológicas gerais e os sistemas ideológicos particulares.

Em segundo lugar, conclui-se facilmente do que acabo de escrever que o concreto real é impossível de reproduzir no pensamento, isto é, que é improcedente a ambição de Marx de reproduzir o concreto real num «concreto pensado». O concreto não é a síntese de *muitas* determinações, mas de *todas* as determinações — e este concreto só a acção prática, em cada momento da prática individual, o constitui. Temos no pensamento níveis vários de abstracção, mas todos eles abstractos.

4. Um ponto ainda convém deixar claro, não se tratando embora de uma lacuna: no modelo geográfico que proponho, deveria falar, não de um modo de produção, mas sim de formação económico-social (articulação variável de modos de produção sob a dominância de um deles). Tal como o apresento, o modelo permanece a um nível de abstracção desnecessário, já que qualquer análise efectiva, pelo menos da sociedade moderna, pressupõe sempre formações económico-sociais, e não modos de produção puros no seu isolamento.

Tudo isto, que escrevo hoje, não responde a questões levantadas por uma prática que é, em tantos aspectos, consequência da que me levou a escrever este artigo? Não serão, pois, as teses que afirmo agora reelaborações das perguntas que neste artigo deixei em aberto? É que as perguntas são sempre mais importantes do que as respostas, e as respostas são somente formulações estilísticas enganadoras de perguntas reais. Por isso me parece que este artigo pode ainda cumprir a função para que o escrevi: ajudar a pôr em causa uma disciplina que se tem geralmente como assente, tentar dissolver a existência da geografia na incoerência dos seus pressupostos. Em tudo isto foi-me, na época, guia precioso a obra de Hartshorne, abundantemente referida neste artigo. Para além da distinção radical nos campos lógicos invocados, este pequeno artigo aspirava fazer o que essa obra notável

em grande parte conseguiu — mostrar o sem-razão da disciplina geográfica. (Onde divergimos já, e amplamente, é na razão que se aponta por detrás da razão negada). Se algum leitor houver a quem interesse prosseguir esta destruição-reestruturação do objecto geográfico, a leitura da obra magistral de Hartshorne será, sem dúvida, um sólido começo.

26 de Janeiro de 1977

I

METODOLOGIA GEOGRÁFICA

A disciplina geográfica refere-se à relação de uma estrutura social, em cada um dos seus níveis, com a natureza, através de um dado modo de produção. A estrutura social é determinada pelo modo de produção e consiste na articulação das relações de produção e da super-estrutura jurídica e política por aquelas determinada; o modo de produção é determinado pelo tipo de desenvolvimento das forças produtivas e consiste na articulação de um dado tipo de desenvolvimento das forças produtivas com dadas relações de produção, determinadas por esse modo de produção, como vimos. É o tipo de desenvolvimento das forças produtivas que determina qual dos dois polos da relação geográfica — a estrutura social, ou a natureza — ocupa nessa relação o lugar de dominante.

Mas a estrutura social não se relaciona com a natureza por igual, nem com a natureza em bloco. A natureza estrutura-se de uma dada forma em função da sua relação com a estrutura social. Essa estruturação é determinada pelo modo de produção, ou seja, o modo de produção determina que elemento da natureza, ou que conjunto de elementos (conjunto, em função da referida relação com a estrutura social), ocupa nessa estrutura da natureza o lugar de dominante.

Antes de continuar, que fique bem claro que nada tem a ver a determinação pelo modo de produção do lugar de dominante na referida estrutura da natureza, com a determinação, pelo tipo de desenvolvimento das forças produtivas, de qual dos dois elementos da relação geográfica — a estrutura social, ou a natureza — ocupa o lugar de dominante nessa relação.

Mas, se a natureza se estrutura de uma dada forma em função da sua relação com a estrutura social, os elementos dessa estrutura da natureza são também elementos de uma outra estrutura, precisamente aquela vulgarmente designada por *Natureza*. Chamemos à primeira, estrutura A, e à segunda, estrutura B. Enquanto elementos da estrutura A, nenhum exerce sobre os outros qualquer efeito, sendo que essa estrutura existe unicamente em função da relação entre uma dada estrutura social e a natureza. A relação mútua dos elementos da natureza estruturados na estrutura A é a sua relação enquanto elementos da estrutura B. Assim, as transformações naturais do elemento dominante da estrutura A são inteiramente determinadas pela estrutura B. Um dado elemento da natureza entra em relação com a estrutura social através da estrutura A, mas, como elemento da natureza, caracteriza-se e

evolui enquanto integrado na estrutura B. A estrutura da natureza determina nos seus elementos uma evolução que lhe é própria. Um desses elementos, chamemos-lhe Y, é determinado por um dado modo de produção para ocupar o lugar de dominante na relação entre a estrutura social e a natureza. É a estrutura B que determina a evolução do elemento Y enquanto elemento da natureza. Mas o elemento Y age sobre a estrutura social dado o seu lugar de dominante na estrutura A, e esse lugar é determinado pelo modo de produção.

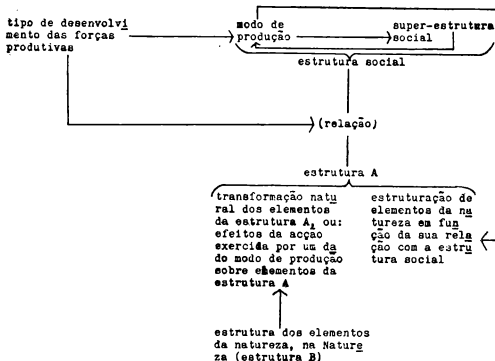
É o tipo de desenvolvimento das forças produtivas que determina qual o carácter da acção efectiva exercida pela estrutura social sobre os elementos da natureza. Essa acção será *sofrida* por elementos da natureza sempre enquanto elementos da estrutura A, mas será *sentida* por esses elementos enquanto elementos de uma outra estrutura, a estrutura da Natureza, a que chamei estrutura B. É essa estrutura B que determina nos elementos naturais os efeitos da acção exercida por uma dada estrutura social. Portanto, o elemento que na estrutura A ocupa o lugar de dominante sentirá esses efeitos enquanto elemento da estrutura B, mas exercê-los-á sobre a estrutura social com que se relaciona enquanto elemento da estrutura A.

A estrutura da Natureza, estrutura B, desempenha um certo papel na relação entre uma dada estrutura social e a natureza. O estudo dessa relação constitui o âmbito profissional dos geógrafos; o estudo da estrutura B, ou antes, dos diversos níveis dessa estrutura, é o âmbito profissional do meteorologista, do botânico, do mineralogista, etc. Daqui resulta um problema de que os geógrafos, sem o explicarem, têm consciência enquanto forma específica de luta de classes: o geógrafo é obrigado a invadir o campo das ciências da Natureza em domínios que ele próprio confessa saírem do âmbito específico da geografia. Em sociedades onde o tecnocratismo é altamente desenvolvido, este facto reveste-se de um significado social importante, visto dar lugar a um «conflito de competências», ou seja, prosaicamente, a um acréscimo da oferta de mão-de-obra trabalhando nos diversos ramos das ciências da Natureza, o que acarreta uma descida do nível salarial dos «verdadeiros» especialistas. Quando este conflito se processa em profissões intelectuais decorre da «deontologia profissional», porque a bolsa pode ceder à moral.

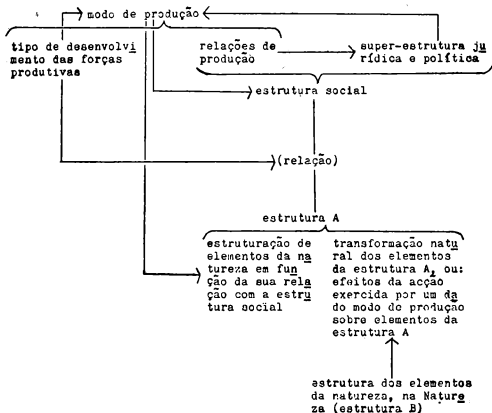
Convém ainda abordar outro ponto. Freeman é bastante sensível à quase inexistência de biografias e auto-biografias de geógrafos, o que me leva a colocar a questão da acção efectiva do nível individual na relação entre a estrutura social e a natureza. O nível individual exerce somente um tipo preciso de sub-determinância sobre certos níveis da super-estrutura social e esta (aliás, certos níveis desta) tem um certo efeito, não na relação da estrutura social com a natureza, mas sim na estruturação dos elementos da natureza em função dessa relação, na medida em que sobre-determina o modo de produção. Assim, não só o nível individual não exerce qualquer acção efectiva na relação entre a estrutura social e a natureza, como só mediatamente, pela sua sub-determinância na estrutura social e pela sobre-determinância desta no modo de produção, ele tem certo efeito na estruturação de elementos da natureza na estrutura a que chamei A. Por isso, a estrutura social funciona aos olhos das pessoas como o anteparo que protege a natureza — *toda* a natureza e portanto, também o elemento dominante na relação geográfica — dos desvarios humanos. O mito do génio louco que quer destruir o mundo implica que para o conseguir, ele possua sobre a natureza uma eficácia directa, isto é um complexo técnico que lhe permita no acto destruidor, prescindir de qual-

quer forma de trabalho social e de qualquer estrutura social. O reverso da medalha: um modo de produção que ocupe na relação com a natureza um lugar de dominante e que exerça sobre a natureza efeitos que alterem as condições do elemento dominante na estrutura da natureza em função da sua relação com a estrutura social. A ideologia entende este processo evidentemente de uma forma mítica, como a quebra da «harmonia natural». Mas onde foi parar a estrutura social como salvaguarda dessa harmonia? Esperemos em breve ver o génio bom que quer salvar o mundo! *

Nesta altura, um esquema pode arrumar ideias sem que o seu deficiente simbolismo seja contraproducente. Estrutura da relação geográfica:

* É este o lugar exacto que ocupam os recentes mitos ecológicos. Não me refiro, está claro, ao que na ecologia se manifesta de crítico, mas à sua função como novo mito moderno das **harmonias naturais** (nota de 1977).

ESQUEMA I

Mais correctamente, este esquema pode representar-se de uma forma mais complexa, como se segue:

Mas, para maior facilidade na representação gráfica, usarei daqui por diante o esquema I.

ESQUEMA II

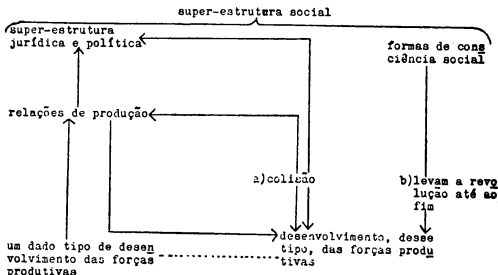
Num como noutro esquema, as setas indicam a determinância (determinações, sobre-determinações...); os traços sem seta indicam uma relação na qual se situa um polo dominante. Só uma análise concreta pode precisar que elemento ocupa o lugar de dominante. Mais: precisar as dominantes, é isso a análise concreta. Temos pois de afastar resolutamente qualquer forma de ideologia da causalidade. Um esquema geral permite-nos traçar unicamente as determinantes e marcar, assim, o eixo em que se situarão as dominantes. Não se trata de estabelecer leis causais sem conteúdo, a rechear depois de conteúdo no acto da concretização, porque as leis causais referem-se a um *efeito*, e as determinações nenhum efeito têm se as dominantes não forem incluídas na análise. Por outro lado, nem as dominantes, nem a sua acção, estão incluídas nas determinantes, porque estas apenas de-

terminam a localização das dominantes. E por isso não podemos falar em efeito das dominantes, como não podemos falar em efeito das determinantes. A concepção de efeito deve ser afastada tanto de um esquema geral, como de um esquema concreto global. A relação causa-efeito encontra-se reduzida ao individual concreto e portanto não pode constituir base nem expressão de qualquer lei científica [1]. Limito-me agora a enunciar o problema, tanto quanto me parece exigir a compreensão do esquema geral. Mais adiante esta questão será exemplificada com um caso concreto, como cumpre à tarefa de uma efectiva expulsão da ideologia causa-efeito.

A relação da estrutura social com a natureza não é outra senão a relação da estrutura social com a estrutura A. É essa, e só essa, a relação da estrutura social com a natureza. Ou seja, não se trata de uma relação com a Natureza (estrutura B), mas sim com o que elementos da natureza significam para um dado modo de produção (estrutura A). Uma concepção espacial dos elementos da natureza só pode interessar às ciências que têm como objecto certos níveis da estrutura B. A disciplina geográfica não estuda a estepe *como área*, mas sim o que a estepe implica na relação com o modo de produção pastoreio nómada e a estrutura social decorrente. Se não, a admitirmos que a geografia considera as áreas estáticas, admitiremos também forçosamente que a história considera a dinâmica dos volumes, visto que o corpo de Caesar é um volume em movimento, tal como o é o punhal de Brutus. Se a geografia ideológica aparenta tomar as áreas como o objecto do seu estudo, isso deve-se só aos mecanismos do processo ideológico, que analisarei na continuação. Limitemo-nos, por enquanto, à exposição da ciência geográfica.

É conveniente, ainda, não confundir esta confusão com uma outra, que ambas andam comummente confundidas, embora sejam distintas confusões. A de que a geografia pode determinar a localização precisa dos eventos do real concreto. A primeira confusão referia-se ao objecto do conhecimento. Refere-se esta à relação entre o concreto pensado e o real concreto, ou seja, ao tipo de eficácia na acção prática de um dos níveis do concreto pensado — a geografia. A área entra aqui, não como elemento do conhecimento, mas sim como parte do processo real. E se a geografia, ainda aqui, recusa a área, é porque o nível geográfico do concreto pensado não tem como eficácia prática a *localização* precisa dos eventos, mas sim a *posição* destes. A localização precisa dessa posição é a eficácia de outros níveis do concreto pensado, nomeadamente do político e da estratégica [2].

Até aqui, considerei a geografia independentemente dos problemas levantados pela transição de um para outro modo de produção. É a esse ponto que me vou agora referir. A geografia é o estudo da relação de uma dada estrutura social com elementos da natureza numa estruturação determinada pelo modo de produção. Essa estruturação de elementos da natureza, a estrutura A, só existe em função da sua relação com a estrutura social, e outro modo de produção determinará outra estruturação. Sendo assim, a sucessão de uma a outra estrutura A somente tem significado ao nível do processo de transição de um para outro modo de produção. A disciplina histórica tem por objecto o estudo das formas de transição entre um e outro modo de produção. Ou seja, o objecto da história é o estudo dos diferentes modos por que nos diversos níveis da estrutura global se processa a transição de uma para outra estrutura, e dos diferentes tipos dessa transição. Por isso, a disciplina que tem por objecto essas formas de transição incide unicamente nos

níveis em que essa transição se processa. Vejamos em esquema a transição de um para outro modo de produção na estrutura global:

ESQUEMA III

A cada modo de produção, a sua geografia, e a passagem de uma a outra geografia não é senão a transição de um para outro modo de produção. Convém não confundir a *transição* de um para outro modo de produção com o *desenvolvimento* das forças produtivas [3]. Esse desenvolvimento é determinado pelo modo de produção e precisamente por isso, por se desenvolver, entra em determinado momento em conflito com esse modo de produção e com a super-estrutura por ele determinada. É essa a fase de transição para um novo modo de produção, representada no esquema III pela articulação entre *a*) e *b*) [4]. Ao dizer que a geografia se refere à relação entre uma dada estrutura social e a natureza, em que o tipo de desenvolvimento das forças produtivas determina o polo dominante, digo, por isso mesmo, que está implicada no estudo do desenvolvimento das forças produtivas determinado pelo modo de produção. Mas a fase de transição é determinada sempre ao nível do modo de produção seguinte. Será a análise do modo de produção para o qual se transita, do desenvolvimento das forças produtivas por ele determinado, e do tipo desse desenvolvimento, que permitirá determinar o papel da geografia naquela fase de transição. É neste sentido que devemos entender as afirmações usuais da geografia ideológica ao declarar, por um lado, a sua não historicidade, por outro, a sua simetria com a história. Essa simetria provém do facto de uma como outra se referirem à estrutura global [5].

Devo focar, por último, outra questão, a do choque entre duas estruturas sociais com diferentes modos de produção, de que resultam alterações mais ou menos profundas, ou até radicais, nas relações entre essas estruturas sociais e a natureza. Assim, e quanto ao

objecto do nosso estudo, retenho dois tipos de colisão entre estruturas sociais. Primeiro, se na relação entre a estrutura social a que se deve a colisão e a natureza é esta última a ocupar o lugar de dominante. Nesse caso, é a própria natureza, pelo lugar de dominante ocupado na relação com a estrutura social, que determina o deflagrar da colisão. Vejamos um exemplo concreto, que apresento como típico: as «invasões bárbaras». Para maior facilidade eliminarei, no esquema que se segue, os efeitos em cadeia, desde o primeiro povo a deslocar-se até ao último a receber o impacto dessa deslocação, e considerarei unicamente os dois extremos. A cheio será traçado o esquema geral das determinantes; a tracejado, as dominantes e a concretização das determinantes; marcarei a traço/ponto as transformações produzidas e as novas estruturas resultantes (Ver esquema IV, em extra-texto).

É agora a altura de referir um problema atrás deixado em suspenso. O esquema IV mostra bem o carácter anti-científico da ideologia assente no processo causa-efeito e a necessidade da redução desse processo ao individual concreto, retirando-lhe qualquer valor de lei científica. Dizer que as «invasões bárbaras» são um efeito do declínio da pluviosidade é tão falso como dizer que a causa das invasões reside no modo de produção pastoreio nómada ou no espírito bélico dos pastores das estepes [6]. Um processo concreto global inscreve-se numa estrutura de determinantes e dominantes, e não num processo causal em que uma causa produz o *seu* efeito, podendo dizer-se então, como um efeito é sempre causa, que uma causa determinaria todos os seus efeitos, os efeitos achando-se contidos na causa. Na dialéctica materialista, diferentemente, o processo causa-efeito, como processo, desaparece e, por conseguinte, nem a «causa» é causa do efeito, nem o «efeito» é efeito da causa. Assim, o problema do *acaso*, intromissão impertinente, malcriada mesmo, no processo causa-efeito, cujas bases corroía, desaparece como problema.

Segundo tipo de choque entre estruturas sociais: a estrutura social que originará o conflito ocupa o lugar de dominante na sua relação com a Natureza e o modo de produção dessa estrutura social sofre um tipo de reprodução alargada que implica o choque dessa estrutura social com outras estruturas sociais. A diferença reside, pois, em que no primeiro tipo a deflagração do choque tem origem na transformação de elementos da estrutura A, enquanto que no segundo tipo é o próprio modo de produção que contém virtualmente o deflagrar do conflito, ou seja, este constitui uma tendência do modo de produção.

II

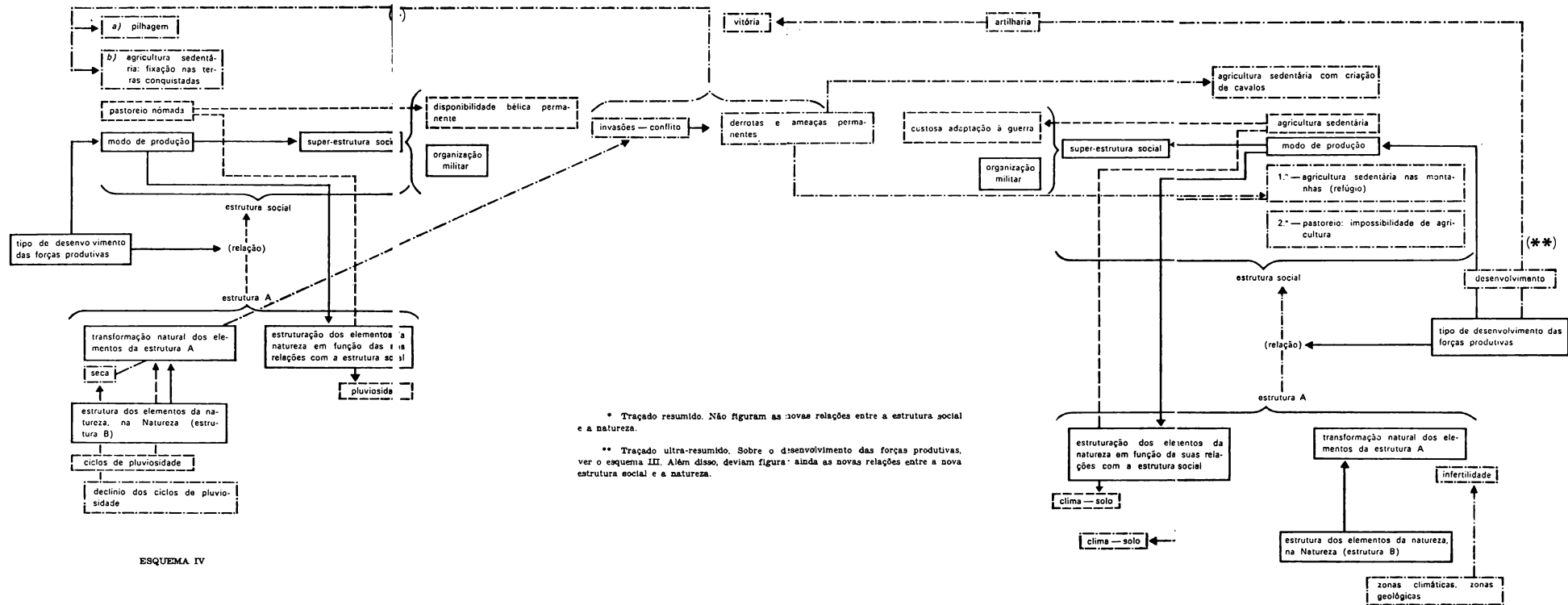
CRÍTICA DA GEOGRAFIA IDEOLÓGICA

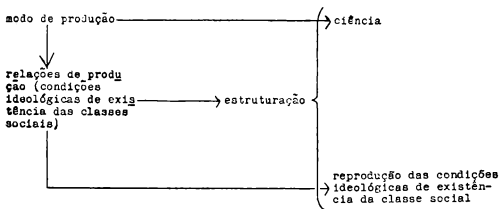
Antes de passar propriamente à crítica da geografia ideológica, analisemos a estrutura da ideologia e o processo ideológico.

Uma ideologia é uma forma de reprodução do real concreto em concreto pensado. Uma dada ideologia articula dois níveis distintos: *a*) Uma forma de ciência, sendo função da ciência assegurar uma eficácia prática material no domínio da natureza. Entenda-se, pois, claramente, que é esta a definição a dar

ESQUEMA IV

* Traçado resumido. Não figuram as novas relações entre a estrutura social e a natureza.

** Traçado ultra-resumido. Sobre o desenvolvimento das forças produtivas, ver o esquema III. Além disso, deviam figurar ainda as novas relações entre a nova estrutura social e a natureza.

do nível científico: é ciência qualquer forma de reprodução do real concreto em concreto pensado que assegure uma eficácia prática material no domínio da natureza. O nível científico de uma dada ideologia é determinado pelo modo de produção, através do qual os indivíduos estabelecem com a natureza relações de apropriação. Uma dada ciência é a forma conceptual necessária a um dado modo de produção e que lhe assegura a sua eficácia enquanto modo de produção — é, por isso, determinada por este. *b*) Uma forma de reprodução das condições ideológicas de existência de uma classe social, ou seja, do aspecto super-estrutural das relações de produção. As relações de produção, logo, as condições de existência das classes sociais, são determinadas pelo modo de produção e determinam, não só este nível *b*) da ideologia, como a articulação dos dois níveis na estrutura ideológica, bem como a articulação da estrutura ideológica na estrutura global e conseguintemente as relações entre a estrutura ideológica e cada um dos níveis da estrutura global.

Estrutura da ideologia:

ESQUEMA V

Independentemente da função específica de cada um dos níveis, a função da ideologia como ideologia é a de reproduzir as condições ideológicas de existência da classe social que a produz. Ou, numa outra formulação: a articulação dos dois níveis da ideologia constitui uma forma de reprodução das condições ideológicas de existência da classe que produz essa articulação.

Por isso, a ideologia aparece sob um aspecto mistificado, como uma mera forma de reprodução das condições ideológicas de existência das classes, apagando-se o seu carácter de forma de *conhecimento*, isto é, de forma de domínio material prático efectivo da natureza. Isto resulta de não se considerar a especificidade, dentro da estrutura ideológica, dos níveis que a constituem. A autonomia dos níveis da estrutura implica que para cada um deles tenhamos de construir o conceito da sua própria eficácia. A eficácia do nível científico reside no domínio material prático efectivo da natureza. A eficácia do nível da reprodução das condições ideológicas de existência das classes sociais afere-se pela inércia dessas condições na ideologia, isto é, pelo grau efectivo de perpetuação dessas condições. Pelo mesmo padrão se mede a eficácia da ideologia enquanto estrutura ideológica, isto é,

como reprodutora das condições ideológicas de existência da classe que a produz. Esta tripla divisão reduz-se, de facto, unicamente a uma dupla eficácia. Como é que a ideologia pode ter a mesma eficácia que um dos seus níveis, como é que, na articulação entre os níveis da ideologia, a eficácia de um pode apagar-se na eficácia do outro? Porque o nível cientifico é *silencioso* sobre as condições de existência das classes sociais. É esse silêncio que permite à ideologia, enquanto estrutura ideológica, reproduzir as condições ideológicas de existência das classes. E por isso a forma especifica desse silêncio é determinada pelas condições de existência de classes sociais específicas. Uma dada ciência é aplicada num quadro dentro do qual só constrói hipóteses válidas para uma situação que implique a reprodução das condições de existência de dadas classes sociais. Mas, se a condição da articulação do nível cientifico na estrutura ideológica como reprodutora das condições ideológicas de existência das classes sociais é o seu silêncio, então, e isto é fundamental, esse silêncio, ou melhor, aquilo que fala o que esse silêncio cala, é exterior à sua estrutura enquanto ciência. É por isso que uma mesma forma de ciência pode ter lugar em diversas condições de existência de diversas classes sociais. São duas as condições desse silêncio: uma reside no modo de transmissão do saber cientifico, que se apresenta como válido unicamente para condições de existência de classes tidas como dadas; a outra consiste nas funções que os representantes do nível da ciência desempenham no processo de produção, e que os sub-alternizam na hierarquia dos prestígios sociais nas relações de produção [7].

Para quem eliminar da ideologia o nível cientifico e, por outro lado, medir a eficácia da ideologia como estrutura ideológica, ou seja, como reprodutora das condições ideológicas de existência das classes sociais, pela bitola da eficácia do nível cientifico, então resulta claro que a ideologia não ofereceria qualquer eficácia, e daí apelidarem-na de artifício, atrás do qual se ocultariam desígnios tenebrosos e, esses sim, *verdadeiros*. Desta forma, torna-se impossível qualquer crítica da ideologia, visto esta ser considerada como decorrendo do ilusionismo — e veremos na continuação o papel fundamental da critica cientifica da ideologia.

Pode ser estabelecida uma lei geral quanto às relações entre os dois níveis em que a estrutura ideológica se decompõe. Na fase em que o modo de produção vigente permite o desenvolvimento das forças produtivas, os interesses da classe dominante são os próprios interesses desse desenvolvimento. Por isso, as exigências que tal desenvolvimento implica podem ser inteiramente correspondidas e o nível científico assume na estrutura ideológica uma enorme amplitude. Mas o próprio desenvolvimento das forças produtivas faz com que o quadro em que até aí se moveram — e que as tinha feito mover —, o modo de produção, se torne demasiado estreito, passando então a constituir um entrave. É uma época de revolução (ver o esquema III). A classe dominante tem agora todo o interesse em tentar travar o desenvolvimento das forças produtivas, por isso a amplitude do nível da ciência é severamente reduzida. Por outro lado, aperfeiçoa-se uma técnica de opressão, ou seja, o nível da ideologia constituído pela reprodução das condições ideológicas de existência das classes assume uma enorme amplitude e diversificação [8]. Devemos, assim, distinguir entre o papel determinante assumido na estrutura ideológica pela reprodução das condições de existência das classes sociais, e a maior ou menor amplitude de cada um dos níveis da estrutura ideológica.

Com as diferentes amplitudes relativas que sucessivamente tomam os dois níveis da ideologia se liga um outro problema: a assimilação formal de um por outro nível. Num período (num modo de produção) ou numa fase (numa fase de um modo de produção) em que o nível científico possui grande amplitude, é o nível reprodutor das condições ideológicas de existência das classes sociais que assimila a forma, ou certas formas, do nível científico. Num período de fraco desenvolvimento das forças produtivas, ou numa fase em que o modo de produção constitui um quadro demasiado estreito para permitir o desenvolvimento das forças produtivas, e as entrava, é o nível científico que se assimila, ou que tende a assimilar-se, à forma ou a certas formas do nível reprodutor das condições ideológicas de existência das classes. O facto de um nível se assimilar formalmente a outro leva a uma errada identificação dos dois níveis, o que aliás não é de espantar, dado que tal identificação é uma das condições da eficácia da estrutura ideológica como reprodutora das condições ideológicas de existência das classes sociais. Ou seja: a forma, ou as formas, que um nível da estrutura assimila ao outro constitui uma questão determinada na estruturação desses níveis pelas condições de existência das classes [9].

Sempre dada à luz por indivíduos, a ideologia é, sob esse aspecto, indistinta dos seus representantes individuais. E no entanto é preciso distingui-los radicalmente. O esquema da estrutura ideológica que atrás desenhei (esquema V) refere-se indiferentemente a qualquer estrutura ideológica, aplicando-se portanto às ideologias reinantes, ou seja, às ideologias espontâneas [10], como às escolas ideológicas, ou às ideologias individuais, no sentido de ideologias de indivíduos. Não há, para a estrutura ideológica, qualquer distinção entre estas três formas. O estudo de uma ideologia não é o estudo da ideologia de um indivíduo; pelo contrário, a ideologia de um indivíduo não é, na sua estrutura, distinta de qualquer outra estrutura ideológica. O que não significa que as relações entre os indivíduos e as ideologias não constituam um objecto de estudo. Podemos encarar sob dois aspectos a relação entre uma ideologia e um indivíduo: *a*) a relação entre um indivíduo e um nível da ideologia. *a'*) As relações entre os indivíduos, decorrentes da relação de cada um deles com um dos níveis da ideologia. *b*) A relação entre um indivíduo e a ideologia enquanto estrutura ideológica.

a) Só pela sua função no modo de produção um indivíduo pode ser considerado como representante de um dos níveis da ideologia. Essa representatividade não é pois determinada no campo da ideologia do indivíduo em questão, mas sim no da sua actividade no modo de produção — se o indivíduo tem como função garantir directamente ao modo de produção a sua eficácia prática material enquanto modo de apropriação da natureza, ou se a eficácia do indivíduo é a de assegurar ao modo de produção a sua reprodução enquanto *aquele* modo de produção. Antes de considerarmos a alínea desta decorrente, passemos já ao outro aspecto sob o qual se pode encarar a relação entre o indivíduo e a ideologia.

b) O ponto de vista desta alínea corresponde a uma outra posição do indivíduo: o seu lugar nas relações sociais de produção implica que a sua actividade no modo de produção se reproduza conceptualmente não só enquanto função prática, mas enquanto função prática executada num modo de produção específico. Ou seja, o lugar dos indivíduos nas relações de produção implica que reproduzam a sua actividade enquanto actividade própria a quem ocupa aquele lugar e conse-

guintemente reproduzam as condições ideológicas da existência desse lugar, dessa classe. Enquanto integrados em dadas relações de produção, os indivíduos não representam um nível da ideologia, mas sim uma estrutura ideológica, ou antes, um tipo de estrutura ideológica. O tipo de ideologia é determinado pela posição específica ocupada nas relações de produção [11]. A análise pode tornar-se mais complexa, porque um indivíduo representa um tipo particular de ideologia que corresponde à sua posição precisa nas relações de produção e, simultaneamente, representa um tipo ideológico mais geral, no qual esse tipo particular se integra, que corresponde a essa estrutura de relações de produção considerada em geral e que é usualmente denominado ideologia reinante. A análise deste problema não pode ser prosseguida ao nível do indivíduo, mas somente ao nível da ideologia; ela implicaria o estudo da integração uns nos outros dos diferentes tipos ideológicos, assunto não abordado aqui porque me limito em todo este texto a tentar a decomposição da estrutura ideológica — e portanto de qualquer tipo ideológico e de qualquer tipo de ideologia — nos níveis que a constituem e a aflorar diversas questões relacionadas com essa decomposição. O importante é que, sob o ponto de vista considerado nesta alínea, um indivíduo não representa um nível da ideologia, mas sempre uma ideologia, isto é, um dado tipo de articulação desses níveis. Sintetizando, antes de continuar: sob o ponto de vista da sua função no modo de produção, um indivíduo representa um dos níveis da ideologia. Sob o ponto de vista da sua posição nas relações de produção, um indivíduo representa um tipo de ideologia.

Podemos agora compreender melhor porque é que a eficácia da ideologia enquanto estrutura se considera distintamente da eficácia de cada um dos seus níveis enquanto níveis — porque a eficácia de cada um dos níveis é a eficácia de diferentes funções *no modo de produção*, e a articulação dos dois níveis tem uma eficácia própria, cujo segredo reside na reprodução, no campo da ideologia, da posição ocupada por aquele tipo de ideologia na hierarquia *das relações de produção.*

a') Os dois aspectos focados nas alíneas precedentes apresentam-se, na realidade, sob uma forma mais complexa, porque em parte são mutuamente confundidos. A função específica de um indivíduo no modo de produção, aspecto sob o qual o caracterizei como representante de um ou outro nível da ideologia, confere-lhe uma dada posição nas relações de produção, as quais são — vamos admiti-lo como uma regra — relações hierárquicas. Mas, como sob o ponto de vista do lugar do indivíduo nas relações de produção este se integra num tipo ideológico específico, temos que estes tipos ideológicos estão hierarquizados entre si segundo a própria hierarquia dos seus representantes, donde um resultado mistificatório: a hierarquização dos tipos ideológicos *aparece* como uma hierarquização de um sob outro nível da ideologia, *considerados esses níveis como ideologias independentes e distintas.* Ou seja: sob o ponto de vista das suas funções no modo de produção, os indivíduos representam um ou outro nível da ideologia. Integrados nas relações de produção, os indivíduos hierarquizam-se segundo as suas funções no modo de produção. Mas, sob o ponto de vista das relações de produção, os indivíduos representam tipos ideológicos independentes e distintos de outros tipos ideológicos. Esta simultânea hierarquização *dos indivíduos* nas relações de produção segundo o seu papel no modo de produção, e *das ideologias independentes* que os indivíduos representam enquanto integrados nas relações de produção, exprime-se mistificatoriamente atribuindo

a cada um dos níveis da ideologia — que os indivíduos representam enquanto funcionando no modo de produção, isto é, no próprio processo de onde lhes advêm as características por que se hierarquizam nas relações de produção — a independência e a hierarquização que caracteriza efectivamente as ideologias que os indivíduos representam enquanto indivíduos hierarquizados, isto é, enquanto integrados nas relações de produção. Esta confusão constitui uma forma específica de reprodução das condições ideológicas de existência das classes sociais.

Qual é, pois, a hierarquização dos indivíduos nas relações de produção? Admitindo duas funções específicas dos indivíduos no modo de produção — garantir a eficácia do modo de produção como modo de apropriação material da natureza; garantir a eficácia das condições super-estruturais necessárias à reprodução daquele modo de produção específico — temos que o lugar hierarquicamente superior nas relações de produção é ocupado pela categoria de indivíduos que desempenha no modo de produção a última função referida, porque é ela que *possibilita* a um dado modo de produção a sua reprodução enquanto *aquele* modo de produção. Convém, pois, não confundir a hierarquização dos representantes individuais de cada um dos níveis da ideologia com a articulação desses níveis na estrutura ideológica, articulação em que a eficácia de um se apaga na eficácia do outro — forma em que a eficácia da estrutura enquanto estrutura é a eficácia de um dos seus níveis, mas sem que haja qualquer hierarquização entre esses níveis que, enquanto tais, possuem eficácias distintas. Tenhamos também bem claro que a hierarquização entre os representantes individuais de cada um dos níveis da ideologia e, por conseguinte, entre as ideologias particulares de cada um dos referidos indivíduos, toma a forma aparente de hierarquização entre os níveis da ideologia.

Sendo distintos os determinantes de cada um dos níveis da ideologia, e sendo o determinante de um dos níveis determinante também da articulação desse nível com o outro, temos que cada um dos níveis possui uma efectiva autonomia e que a transformação de cada um deles não representa *ipso facto* uma transformação idêntica da ideologia enquanto estrutura. A ideologia não evolui em bloco; a transição entre ideologias processa-se em cada um dos seus níveis. Convém, aqui, explicar melhor uma questão: Um nível transita para outro, mas não evolui para outro; um nível não é a continuação de outro por uma transformação das formas do primeiro, mas sim por ocupar as mesmas funções. Ao dizer-se que um nível transita para outro, quer-se significar que se trata de formas diferentes ocupando a mesma função. Prosseguindo, podemos dizer que a transição entre ideologias não é uma ideologia de transição; não há *transição* entre ideologias, mas somente entre níveis; há *sucessão* de ideologias [13]. A transição, num dos níveis da ideologia, de uma para outra forma, implica a sucessão de uma a outra estrutura ideológica; sempre que em cada um dos níveis se produz uma nova forma há uma reestruturação da ideologia, logo: uma outra estrutura ideológica, ou seja, uma rearticulação das formas que cada nível assume dado que, evidentemente, numa ideologia concreta um nível é sempre uma forma desse nível. Por outro lado, as oscilações na amplitude relativa dos níveis da estrutura ideológica contribuem para reforçar a ideia vulgar de que a ideologia evolui em bloco, de que há transição de uma para outra estrutura ideológica. A assimilação formal de um a outro dos níveis da ideologia contribui também para que perdure a concepção da

ideologia como um todo, evoluindo portanto em bloco.

Através desta análise pudemos ver, não só que os níveis em que a estrutura ideológica se decompõe não são distintos, à evidência, como também que aparecem, em virtude da própria estruturação da ideologia, permanentemente confundidos. A que se deve, pois, a possibilidade conceptual de decompor a ideologia nos seus diferentes níveis, ou, como veremos que pode chamar-se, a cientifização da ideologia? A partir do momento em que o modo de produção determina a existência de uma classe para a qual a reprodução das suas condições de existência implica a extinção dessas condições de existência, bem como das condições de existência de qualquer classe, a partir desse momento torna-se possível, e portanto necessária, a crítica de todas as formas de reprodução das condições de existência das classes sociais, ou seja, de uma forma geral, a crítica do processo de reprodução das condições de existência das classes. O modo de produção determina a extinção das classes, determinando uma classe cuja tarefa reside em levar até às suas últimas consequências (segundo o processo geral indicado na alínea *b)* do esquema III) essa extinção. As condições de existência dessa classe implicam a sua extinção e, por isso, a reprodução dessas condições é a extinção dessas condições, o que exige uma eficácia prática inteiramente diferente, a qual decorre agora do nível científico. A extinção das condições de existência de uma classe, se bem que determinada por essas condições de existência, não se obtém no antigo campo da reprodução das condições ideológicas de existência das classes, mas sim num campo inteiramente distinto, que visa, não à produção de condições ideológicas, mas à extinção das próprias condições materiais. Para tal se exige uma eficácia prática material, que é a do nível científico. É por este motivo que o nível científico constitui a totalidade da estrutura ideológica determinada por esta classe. Mas o papel essencial na estrutura ideológica é sempre desempenhado pelas condições de existência da classe, que determinam essa estruturação, ou seja, neste caso, que determinam que a totalidade da ideologia se constitua em ciência. Funda-se, assim, a ciência da estrutura — da estrutura global, como de qualquer dos níveis desta, ou seja, processa-se uma revolução do nível científico pela abertura a esse nível de novos campos. É nesta acepção que deve ser entendida a oposição comum entre científico e ideológico, e a expressão atrás empregue de cientifização da ideologia.

Esta contradição aparente entre o facto de uma estrutura ideológica ser constituída na totalidade pelo nível científico, e o facto de ser determinada pelas condições de existência específicas — cuja especificidade consiste precisamente na extinção dessas condições —, dá lugar a duas interpretações: *a)* Sendo, na sua totalidade, científica, a nova estrutura ideológica não seria determinada pelas condições de existência de qualquer classe, e constituiria portanto o património comum a todas as classes e o lugar do comum entendimento entre elas. *b)* A outra interpretação isola o facto de a nova estrutura ideológica ser determinada pelas condições de existência de uma dada classe social, e ignora a especificidade dessas condições de existência, ignorando portanto a especificidade da nova estrutura ideológica. Estas duas posições importam somente como sintoma da contradição aparente da nova estrutura ideológica. E como essa contradição só é aparente, isto é, só aparenta ser contradição para as outras estruturas ideológicas, resulta que as duas referidas posições são um expoente dessas estruturas ideológicas e

só em função delas devem ser entendidas.

A crítica da geografia ideológica, ou seja, a sua cientifização, permite distinguir, nos diversos tipos ideológicos que resumo na geografia ideológica, entre o nível científico, por um lado, e, por outro, o nível reprodutor das condições ideológicas de existência das classes, e a função de reprodutora dessas condições que cabe à ideologia enquanto estrutura ideológica.

Na estruturação da geografia ideológica (nos diversos tipos de ideologias geográficas) a reprodução das condições de existência das classes faz-se por um processo complexo, como se segue: a geografia exprime uma relação específica entre a natureza e uma estrutura social específica como fruto das características da natureza. Isto não é tornar a natureza dominante, mas dar um cunho natural à referida relação específica. Não é a natureza que é tornada dominante, mas a relação que é tornada natural. Limito-me aqui a uma crítica da geografia ideológica e não das ideologias geográficas particulares, pelo que só me posso referir ao problema geral da sua estruturação. A minha crítica incidirá, pois, no problema central do processo de articulação dos dois níveis da ideologia geográfica, sem elaborar uma análise específica de cada um dos níveis, o que só é possível para uma ideologia geográfica particular e não para a geografia ideológica. Assim, os exemplos particulares que se seguirão devem ser considerados unicamente em função da crítica da geografia ideológica. Vejamos o problema central referido, de exprimir uma relação específica entre a natureza e uma estrutura social específica como fruto das características da natureza, logo, como relação natural. Webster diz que o *«environmentalism»* dá maior ênfase ao meio circundante do que à hereditariedade para explicar o desenvolvimento do indivíduo ou da raça. A outra explicação escolhida para se contrapor ao *«environmentalism»* é sugestiva, e as duas parecem fechar o leque das hipóteses. Ora, a função ideológica da hereditariedade é a mesma que, no *«environmentalism»*, a da natureza, legitimando como natural uma dada relação específica entre a estrutura social e a natureza, mas agora pelo campo da «biologia», ou seja, numa conversão ideológica da estrutura social. Pelo mesmo caminho, Huntington jogava no seguro e atribuía a influência determinante ao clima *e também* à hereditariedade. Outro tipo particular de ideologia geográfica reside na concepção de «harmonia natural», procedente da admissão do carácter natural das relações específicas existentes, e que pode ter, se se considerar como reflectindo o presente, uma forma mística (Ritter), ou uma forma anarquista (Reclus) se se considerar como programática, ou antes, dado tratar-se de uma harmonia *natural*, profética.

A apresentação como natural de uma dada relação específica entre a natureza e uma estrutura social específica efectua-se através de uma transformação complexa: a estrutura da natureza em função das suas relações com a estrutura social (estrutura A) é apresentada como uma superfície material de extensão sensorialmente perceptível; por esta forma, a estrutura A é assimilada à estrutura B (estrutura dos elementos da natureza, na Natureza) e a transformação dos elementos da natureza em virtude da sua relação com a estrutura social é assimilada à evolução natural desses elementos, isto é, à sua evolução enquanto elementos da estrutura B; assim, pelo próprio processo de assimilação da estrutura A à estrutura B, a relação entre a estrutura social e a natureza apresenta-se como estando contida na natureza. Por este processo, não é a natureza que, em dadas relações com uma estrutura

social específica, é determinada como dominante pelo tipo de desenvolvimento das forças produtivas, mas essa dominância é apresentada como advindo de características contidas nessa própria natureza (ou na «biologia» dos elementos da estrutura social que com essa natureza se relaciona, mas neste caso a ideologia não é já estritamente geográfica); do mesmo modo, quando o tipo de desenvolvimento das forças produtivas determina a dominância da estrutura social na relação desta com a natureza, tal dominância é apontada como contida nessa natureza, por uma sua *natural* passividade. Por contrárias que sejam entre si, todas as relações específicas entre estruturas sociais específicas e a natureza são assim legitimadas como naturais. A forma exterior deste processo consiste sempre na assimilação da estrutura A à superfície material, na atribuição à estrutura A de características reais de extensão. A geografia é o chão que as personagens históricas e os povos têm de pisar para não flutuarem no ar, escrevia Michelet, citado por dois geógrafos. Isto não se resume a uma pura analogia primária. No campo dessa analogia, tratar-se-ia somente da força de gravidade, mas o que ela exprime na verdade é uma dada concepção das relações entre os povos e a natureza, apresentando essas relações como contidas na natureza, na concepção clássica da geografia como o pano de fundo da história; no contexto da história heróica de que Michelet é expoente, esta analogia sela como naturais, porque *contidas* na essência de uma natureza — aqui, passiva e aberta à vontade do homem — os eventos. Hartshorne viu que a ideologia geográfica, atribuindo aos elementos da estrutura A as características de uma área, assimilava a estrutura A à estrutura B. Em crítica à ideologia do *«Landschaft»*, escreve ele: «Se dissermos que uma determinada palavra *(Landschaft)* significa a impressão global *[unified]* concreta que uma área produz em nós, os objectos na área produzindo essa impressão — quer dizer, objectos materiais concretos — e, finalmente, que essa palavra é ao mesmo tempo sinónimo de área, então podemos provar sem grande dificuldade que a região geográfica consiste em objectos materiais e forma um objecto global *[unite]* concreto e, portanto, que o estudo geográfico incide sobre objectos globais concretos específicos *[that geography has concrete unit objects of its own to study]*, estando assim provado que é uma 'ciência', como qualquer outra». Mas, como essa crítica é prosseguida no mesmo campo ideológico, Hartshorne não pode ver a função, e portanto o aspecto fundamental do encadeado de deslocações a que procede a ideologia do *«Landschaft»*: apresentar como contida na natureza a relação entre a estrutura social e a natureza. Por isso, a própria crítica de Hartshorne não é consistente com o que adiante observará a propósito da afirmação por Hettner do carácter estático do objecto da geografia: «A relação da geografia com o factor tempo, conclui Hettner, não é a de um contraste com a geologia, segundo o qual a geografia se limite aos tempos humanos, aos tempos históricos, ou mesmo até ao presente em comparação com o passado. A geografia é antes um campo para o qual 'o tempo em geral não entra em cena' *['...steps into the background']*. Em contraste com todas as ciências históricas, incluindo a geologia histórica, 'a geografia não segue o curso do tempo como tal — e é bem certo que esta regra metodológica é ainda frequentemente desprezada — mas procede a um corte transversal num ponto determinado do tempo e só apela para o processo temporal para explicar a situação no tempo escolhido'. Este tempo determinado deve ser suficientemente curto para que dentro dele

não haja mutações importantes que alterem o referido corte transversal no tempo». O carácter estático do objecto geográfico é conceptual, e significa apenas que os modos de transição não constituem o objecto específico da disciplina geográfica. Trata-se de produzir uma estrutura abstracta e não de tentar encontrá-la na realidade, entre o meio-dia e as duas da tarde. Se Hartshorne pôde, em oposição à ideologia do «*Landschaft*», negar o carácter espacial material do objecto geográfico, não pode no entanto, pelo campo ideológico em que se situa, afirmar a distinção entre o objecto do conhecimento geográfico e o objecto real, pretendendo, como todo o empirismo, encontrar o primeiro no segundo.

Em geral, podemos delimitar na geografia ideológica duas grandes concepções, que se sucedem cronologicamente. Precisamos para isso de ter bem claro que o processo central das ideologias geográficas é a assimilação da estrutura A à estrutura B, sob a forma de uma classificação espacial material dos elementos da estrutura A. Assim, a questão da *região* aparece como a questão central de toda a ideologia geográfica e as contradições entre as diversas ideologias geográficas exprimem-se polemicamente na demarcação das fronteiras entre as regiões ou na discussão de quais dos elementos da natureza constituem as melhores fronteiras.

Primeira fase: de início, o modo de produção capitalista surgiu sobre um quadro mais largo preparado já para o receber. A generalização da troca mercantil e da manufactura demarcava o terreno *a preencher* pelo modo de produção capitalista. A classe burguesa trata então de unificar sob o seu modo de produção a área que de antemão se lhe abria. No campo das ideologias geográficas, este processo exprime-se na destruição das fronteiras políticas e na criação de novas fronteiras. As fronteiras políticas são, como base da divisão em regiões, características do feudalismo, em que o modo de produção implicava a necessidade e a possibilidade de uma demarcação espacial rigorosa, que correspondesse não só ao jogo das super-estruturas políticas mas à própria realidade do processo de produção. Por isso, as fronteiras políticas feudais não se restringem a único nível conceptual, mas elas são as próprias fronteiras de qualquer classificação feita por qualquer ideologia. As ideologias geográficas produzidas nesta fase vão, pois, negar às fronteiras políticas a sua validade como fronteiras das regiões geográficas, visto que o modo de produção capitalista retirava às fronteiras políticas a sua validade universal, e vão pretender elaborar uma nova concepção de fronteiras geográficas. Como precursores deste movimento, já Estrabão e, menos antigamente, Grotius [14], pretendem dar às regiões naturais outras fronteiras que não as políticas. E tanto no império de Augusto em que viveu Estrabão como nas Provincias-Unidas de Grotius, o grau de desenvolvimento atingido pelas trocas comerciais explica o aparecimento destes precursores, devendo ainda sublinhar-se os interesses políticos pelos quais Grotius viveu e morreu, e que o destacavam como um representante da burguesia comercial mais avançada do seu tempo. Às geograficamente inutilizáveis fronteiras políticas opõe-se a elaboração de um novo conceito, o de «fronteiras naturais». As fronteiras serão agora os obstáculos físicos à expansão do modo de produção, ou seja, porque é desta primeira fase que se trata, à expansão do modo de produção capitalista no interior do quadro mais largo que encaminha o seu desenvolvimento. As fronteiras são, pois, agora, sinónimo de obstáculo, e o desenvolvimento das forças produtivas encerra em si a história dos diversos

obstáculos sucessivamente ultrapassados, ou seja, das diversas fronteiras relegadas para o museu da pré-ciência e substituídas por outras «adequadas», «científicas», verdadeiras essas [15].

Segunda fase: rapidamente o modo de produção capitalista se alargou à área que se lhe abria. Nesta segunda fase, que é a fase do imperialismo, o modo de produção capitalista precisa de estender cada vez mais o seu campo de acção, mas precisa igualmente de manter, em certas regiões, outros modos de produção, não capitalistas, que subordina a si. É destes dois grandes tipos de relações entre a estrutura social e a natureza (no modo de produção capitalista, nos modos de produção anteriores àquele subordinados) que as ideologias geográficas vão agora tentar dar conta, admitindo simultaneamente que, nessa relação, a natureza contém em si, em certas regiões, a sua dominância, noutras, a dominância da estrutura social, e selando portanto como igualmente *naturais* relações contrárias entre si. Por outro lado, a constante instabilidade do espaço ocupado por estes dois tipos de relações, devida às crises do modo de produção capitalista na fase imperialista e às oscilações resultantes, bem como à interferência do modo de produção socialista *, tem como resultado que as regiões demarcadas por estas ideologias geográficas possuam sempre um carácter tensorial, bem como as fronteiras demarcantes. Estas fronteiras não são já os obstáculos, que o desenvolvimento das forças produtivas em geral ultrapassou (excepto nalgumas regiões, e essas adquirem um carácter qualitativamente diferente, o de *mistério* — por alguma coisa a Atlântida de Antinea é no centro do Sahara — ou de *inexistência* — a Antártida). Nesta segunda fase, as fronteiras são o ponto de contacto entre as regiões, donde duas conclusões muito importantes: *a)* As fronteiras são agora definidas como a resultante das regiões, enquanto que na primeira fase considerada a definição das fronteiras era anterior à definição das regiões; na primeira fase as regiões existiam porque existiam fronteiras, na segunda fase existem as fronteiras porque existem as regiões. *b)* Caracterizadas efectivamente pela existência de um ou outro tipo de relações entre a estrutura social e a natureza, ou seja, por vigorar o modo de produção capitalista ou por vigorar outro modo de produção àquele subordinado (afasto o problema do modo de produção socialista), o espaço terrestre por que as regiões se estendem é um espaço oscilante, dada a constante crise do modo de produção capitalista nesta fase. Assim, sendo as fronteiras incapazes de dar conta dessas oscilações e tendo, ao mesmo tempo, de se considerar essa oscilação como um elemento espacial material, as ideologias geográficas desta segunda fase vão determinar a existência de áreas denominadas «regiões de transição». Isto implica, aliás, sérios problemas internos à ideologia, porque uma coerência mínima obriga, se não há fronteiras sem «regiões de transição», a elaborar também «regiões de transição» para as fronteiras das «regiões de transição», e assim *ad aeternum*. Mas esses problemas não impedem a ideologia de ir vivendo, nem nos permitem a nós destruí-la nesse campo, que é ainda um campo ideológico, porque o que verdadeiramente interessa é mostrar qual a função da ideologia, mas não no terreno da ideologia — ao qual pertence a consideração das suas contradições lógicas — e sim num outro

* Referia-me assim, na época em que redigi este texto, ao par China-Albânia. Falaria hoje dos conflitos entre polos mundiais de acumulação do capital (nota de 1977).

terreno, o da crítica científica da ideologia. A ideologia geográfica apurou técnicas de demarcação das fronteiras regionais que não só correspondem às dificuldades colocadas pelas «regiões de transição», como decorrem da mesma problemática. «Maull propôs um método para resolver esta dificuldade, o qual em si é sem dúvida válido, quer possa ou não fornecer realmente a solução necessária. Desenham-se uma série de fronteiras, uma para cada elemento significativo (pondo por agora de lado os problemas que em alguns casos surgem ao determinar essas fronteiras, mesmo para simples factores); ao conjunto das linhas assim formadas chama Maull um 'colar de fronteiras' (...) a concepção de Maull inclui tanto os elementos culturais como os naturais» (Hartshorne). Desta forma, depois de esgotadas logicamente todas as hipóteses de elementos e de determinado para cada um o seu limite, a média geral que Maull preconiza apaga as características do elemento dominante (lembremos, dominante na estrutura A e, portanto, em função de uma relação específica com uma estrutura social específica), atribuindo-as a todos os elementos desse «colar de fronteiras», e considera as relações que a fronteira assim formada exprime como naturais, porque contidas em todos os elementos da natureza [16].

Admitir como natural uma relação específica entre uma dada estrutura social e a natureza, através da apresentação dos elementos da estrutura A como constituídos por uma superfície material concreta, é o modo como se reproduzem na geografia ideológica as condições ideológicas de existência das classes. Assim, uma crítica científica das ideologias geográficas deve iniciar-se por aqueles geógrafos que, no próprio campo da geografia ideológica, conduziram uma crítica contra aquelas. Digo no próprio campo — porque a crítica é conduzida não contra a transformação em natural da relação específica entre uma estrutura social e a natureza, mas contra a expressão ideológica dessa transformação. Essa expressão ideológica consiste na atribuição de uma especialidade material concreta aos elementos da estrutura A, e reside, na problemática ideológica dos geógrafos, nas polémicas em torno do regionalismo. É, pois, pelos geógrafos que conduziram a crítica ao regionalismo (mas, porque críticas ideológicas, permanecendo no campo da especialidade material do objecto geográfico) que devemos começar, tendo em atenção o aspecto essencial de que esses geógrafos consideram como objecto das ideologias geográficas o objecto por estas visado (a ideologia «é falsa enquanto referindo-se ao objecto que visa, mas é o *sintoma* de uma realidade diferente daquela que visa», Pécheux), de tal forma que a nossa crítica científica da geografia ideológica começará por ser a crítica científica dos críticos dessa geografia.

Em 1811, Rühle von Lilienstern opôs-se à divisão em regiões naturais, por considerar impossível determiná-las. Mas, para além desta posição negativa, qual a crítica que von Lilienstern efectivamente conduziu, se conduziu, contra o regionalismo? Não sei, passo adiante.

É Bucher que vai constituir um dos dois pilares desta crítica dos críticos. Depois de ter sido um partidário das «regiões naturais», Bucher critica-as (1827) e a sua crítica é a primeira em data, segundo Hartshorne, mas não querendo também regressar à divisão pelas fronteiras políticas. Considera que, quando necessários estudos regionais para fins específicos, os limites dessas regiões podiam ser estabelecidos como fosse conveniente. Não pretendeu substituir as fronteiras naturais por outras mais adequadas, mas é uma nova metodologia que introduz, afirmando afinal a distinção

entre o objecto do conhecimento e o objecto real. Bucher não teve seguidores, mas, se pôde produzir a sua crítica, é porque para tal teve condições; uma teoria só é produzida quando não é prematura, e o problema da sua prematuridade só se coloca para a questão do raio de alcance dessa teoria, para o problema dos seus discípulos. Mas porquê esta posição de Bucher, crítico de uma recém-nascida ideologia geográfica? Representantes ideológicos de uma classe no declínio, que perdera o controle político, ou que o perdia, e cujo modo de produção correspondente cada vez mais era subordinado ao modo de produção em ascensão, podem conduzir uma crítica ideológica à ideologia da classe ascendente, isto é, ao modo de reprodução das condições ideológicas de existência dessa classe; processa-se essa crítica, como disse, no próprio campo da ideologia criticada, tomando como próprio objecto desta o objecto que ela visa, e restringindo-se portanto ao mal-entendido de apresentar como contradições da ideologia criticada a expressão ideológica dessas contradições. É este, em geral, todo o processo de crítica, por vezes extraordinariamente arguto, dos representantes ideológicos da artistocracia à classe burguesa [17]. Seria esta a chave da posição de Bucher. A ser assim, explicada estaria a razão porque produziu a sua crítica — que apareceria agora não como extemporânea mas bem no seu lugar — e porque esta não teve seguidores, visto que, evidentemente, os representantes da classe ascendente era outras ideologias que seguiam, e os da classe moribunda já não existiam em legião, por isso mesmo que ela estava às vias da morte. Enquanto um representante ideológico de uma classe tem discípulos, ou seja, enquanto a sua ideologia constitui uma escola ideológica, a classe que ele representa não entrou ainda na agonia. Uma passagem de Hartshorne parece confirmar esta sugestão, dado que os primeiros críticos da burguesia em declínio se filiam sempre a si próprios nos últimos críticos que a agonizante aristocracia produziu contra a classe burguesa, moça na altura. «Na verdade, as diferenças no pensamento geográfico rompem as nossas arbitrárias divisões do seu desenvolvimento histórico, a tal ponto que encontramos alguns dos conceitos do período post-clássico expressos pelo último dos geógrafos pré-clássicos, Bucher». Mas tudo isto não passa de uma hipótese de trabalho, embora verosímil. (Fröbel parece ter posições idênticas às de Bucher).

Creutzburg: a *«landscape»* não é um todo que cresça como um todo; o seu crescimento é o crescimento de cada uma das partes; a sua «história» é a «história» de cada uma das partes; não fala, por isso, de *desenvolvimento,* mas de *mudanças.* — A divisão a que o geógrafo procede, a «região», é, pois, elaborada pelo geógrafo; não se trata de a descobrir na realidade. Mas qual o critério dessa divisão? Um modelo, cujo critério de validade consiste na sua coerência interna, possível de ser substituído por qualquer outro igualmente praticável?

Numa perspectiva semelhante à de Creutzburg, diz Broek que uma área só pode ser definida para um período determinado; o estudo do desenvolvimento de uma região natural só é legítimo se se admitir que a área considerada através de uma sequência de períodos é arbitrária, mas esse estudo não é o objecto da geografia. — Aqui, andámos já um passo em frente (que pode não ser o do autor, mas o da explicação que dele dá Hartshorne, a que eu sigo): o critério de divisão das áreas não é já o da praticabilidade do modelo, mas é determinado pelo período, ou antes, pela mesma determinante do período.

Hettner é, com Bucher, o pilar em que este estudo crítico vai assentar.

«(...) todo o sistema de divisões realista *[natürlich]* deve ser genético, isto é, deve mostrar as relações causais presentes na realidade. Deve procurar as forças criadoras da terra, deve esforçar-se por descobrir a maneira por que os fenómenos da superfície terrestre resultam das influências compósitas dessas forças, e deve igualmente aprender a reconstruir na mente o edifício da terra e aprender assim a compreender cada uma das partes e dos espaços no seu carácter e no seu significado». As regiões determinadas por este processo só são válidas para um mesmo período. Assim, há múltiplas geografias históricas e cada período tem a sua geografia. «(... uma geografia histórica de qualquer região é teoricamente possível para qualquer período da sua história, e deverá ser escrita separadamente para cada período; não há uma, há muitas geografias históricas» (em Hartshorne). Não nos iludamos com a linguagem empregue que, como vimos, é a da especialidade material do objecto geográfico, condição da atribuição de um carácter natural às relações entre a natureza e uma estrutura social. O que Hettner trata é efectivamente uma estrutura de elementos da natureza estudados em função das suas relações com a estrutura social, dado que esses elementos, naturais porque são da natureza, se encontram estruturados por uma forma que não depende da natureza mas sim de um período, ou seja, se encontram estruturados em função desse período. Trata-se, pois, não como objecto da teoria de Hettner mas como o objecto da nossa leitura dessa teoria, da distinção entre a estrutura A e a estrutura B, questão fundamental da geografia científica. Por isso, começar por Hettner, seguir Bucher em segundo lugar, continuar pelos outros referidos, será este o caminho da minha crítica.

NOTAS

[1] A este respeito, são pertinentes as observações de Étienne Balibar, demonstrando, em oposição à ideologia estruturalista, que a estrutura marxista consiste numa combinação e não numa combinatória. «Não se trata (...) de uma *combinatória* no sentido restrito, isto é, uma forma de combinação na qual só mudam o lugar dos factores e a sua relação, mas não a sua natureza» (Louis Althusser, Étienne Balibar, *Lire le Capital*, François Maspero, Paris 1968, v. II, p. 100; a mesma ideia na p. 113). «Na nossa pseudo-combinatória, não são pois, na realidade, *os mesmos elementos* 'concretos' que reencontramos de uma para outra variação. Nem a sua particularidade é definida simplesmente pelo lugar que ocupam, *mas sim como um efeito, diferente em cada vez, da estrutura*, quer dizer, da combinação que constitui o modo de produção» (id., p. 134). Entre outras coisas, isto «explica porque é que há conceitos gerais da ciência da história, não podendo nunca haver história em geral» (id., p. 114; ver também p. 143).

[2] Polémica exemplar, a que historiadores e geógrafos vão travando sobre o magno problema da «independência de Portugal». Dos variados pontos de vista por que pode ser abordada, vou seleccionar um somente, que permite ilustrar a questão da posição/ /localização.

Até agora, nenhum dos polemistas (que eu saiba) teve consciência clara de que a questão da independência não se coloca para Portugal, mas sim para o condado portucalense. É sempre em função do todo nacional que formulam a questão, o que se deve, evidentemente, à posição ideológica em que se colocam, pois que não pretendem descobrir as razões contingentes de uma independência que foi evoluindo, mas sagrar na ideologia aquela eternidade em acto que é o abençoado torrão — homens, espíritos e terra constituindo um todo-uno, que em si próprio encontra os direitos à existência autónoma. Sérgio, que no entanto nos dá alguns elementos indispensáveis para a correcta colocação do problema, chega a

dizer, com um idealismo de pacotilha que produzia na geração passada a mesma adoração reverencial dos analfabetos que cinquenta anos antes pasmavam ante o «positivismo» de Teófilo — «Inicialmente, a extrema de cada um dos Estados 'está no pensamento como ideia' (...)» (António Sérgio, *História de Portugal, Introdução geográfica*, Livraria Portugália, Lisboa 1941, p. 38). E nada de mais verdadeiro, se o entendermos bem. *Inicialmente*, como ponto de partida e não como conclusão, a extrema reside com efeito na ideia de Sérgio, como extrema de Portugal — em cujos manes reside já o de além-mar em África... —, ou seja, como a função ideológica da sua posição. Mas passemos à formulação científica do problema. A primeira questão a debater é a do modo de produção vigente no condado ou, mais precisamente, qual o tipo de articulação do modo de produção feudal com a produção mercantil, àquela subordinada. É ainda Sérgio quem pressentiu o problema, no terreno da sua ideologia própria, ao propor «a hipótese de que o factor geográfico na criação e expansão da nação portuguesa como corpo político independente foi o significado topográfico dos nossos portos para a actividade marítima-comercial europeia e o valor das costas e das condições do clima para a obtenção de riqueza tirada ao mar (pescarias, sal)» (id., pp. 42, 157). O condado constituiu-se independente pelo distinto papel que a produção mercantil nele ocupava, em contraste com o ocupado nas regiões circundantes, exclusivamente fundiárias. (Sérgio parece resolver bem a dificuldade galega — id., pp. 33-34). Mas, como a explicação o pretende ser da independência de um Portugal que demoraria ainda mais de um século a constituir, e não só do condado, Sérgio teve que esticá-la para além dos seus limites. Para não o fazermos nós, após caracterizarmos economicamente a região transmontana do condado — trabalho a efectuar —, temos de determinar a validade de uma das duas hipóteses seguintes: 1.º) a produção mercantil da região minhota do condado exigiria a complementaridade de uma região puramente agrária; relações entre a região minhota e a transmontana; 2.º) a unidade do condado e a sua independência política assentaram exclusivamente na região minhota, sendo necessário, para defender militarmente tal unidade, estender as fronteiras mais além. A colocação destas duas hipóteses mostra-nos já diferentes tipos de relevância do factor geográfico, ou seja, diferentes tipos de relação, e de combinação de relações, entre a estrutura social e a natureza. Mas, numa ou noutra, o problema focado é o da posição. Quanto à localização, seria determinada pelos diferentes *tipos* de posição que cada hipótese propõe, mas através de uma acção político-militar, que marcaria para um momento dado a linha do perfeito equilíbrio entre os dois antagonistas. Como passar, agora, da independência do condado à formação independente de Portugal? O relevo difícil da Galiza, do Alto Minho e de Trás-os-Montes obrigaram a expansão do condado portucalense a fazer-se para o Sul (Ezequiel de Campos, *O enquadramento geo-económico da população portuguesa através dos séculos*, 2.ª ed. ampliada, ed. *Ocidente*, Lisboa 1943, p. 32). O relevo, não só. Os senhores pujantes dos vizinhos reinos hispânicos e a desagregação dos califados que limitam o condado a Sul canalizam a expansão. O importante, pois, é que se trata de uma direcção da expansão determinada por motivos político-militares. Ezequiel de Campos via o essencial do problema, embora tenha erradamente restringido o aspecto militar à sua relação com os relevos naturais. Note-se: é a *direcção* da expansão que é determinada por motivos militares, não a *razão* dessa expansão. Confundir uma e outra é muito do agrado dos ideólogos exaltadores das virtudes guerreiras. E não só a direcção da expansão foi político-militar, como os limites o foram também. A direcção foi o Sul, não num sentido preciso, nem demarcado a linhas rigorosas. A fronteira Leste da parte meridional do recém-Portugal oscila muito, Huelva para cá, Huelva para lá. Se se fixa, é pela acção contrária das forças militares dos outros reis hispânicos. A direcção da expansão e os seus limites, a localização do reino, implicam de novo uma relação geográfica.

Neste problema posição/localização é uma vez mais Oliveira Martins quem viu certo, ao atribuir a demarcação das fronteiras unicamente à força da espada dos barões combatentes. Sérgio, esse, com o todo-uno nacional «no pensamento como Ideia», explicando a posição do condado, quer explicar da

mesma forma não só a independência do reino constituído mas igualmente a sua localização, na exactidão das fronteiras. «(...) o que a vista do mapa nos diz de pronto, não será o traçado da fronteira terrestre a uma distância constante do litoral, linha de partida da mais forte acção?» (ob. cit., p. 43). Pobres portos alentejanos, para o que servem inventados!

[3] Um dado tipo de desenvolvimento das forças produtivas supõe o desenvolvimento, desse tipo, das forças produtivas. É o que se chama uma *tendência*. «(...) uma *tendência* no sentido restrito dado por Marx a esse termo, quer dizer, como uma propriedade estrutural (...)» (Louis Althusser, Étienne Balibar, *Lire le Capital*, François Maspero, Paris 1968, v. II, p. 128).

[4] «O que por vezes se chama 'lei da correspondência' entre as forças produtivas e as relações de produção seria, portanto, denominado muito mais correctamente, como propõe Ch. Bettelheim, 'lei da correspondência ou da não-correspondência necessária entre as relações de produção e o carácter das forças produtivas'. Exprime-se, assim, que a 'lei da correspondência' tem por objecto próprio a determinação de efeitos no interior da estrutura da produção, e o modo variado dessa determinação, e não uma relação de *expressão* que não passa do avesso de uma causalidade mecânica (Louis Althusser, Etienne Balibar, *Lire le Capital*, François Maspero, Paris 1968, v. II, p. 221).

[5] Com a sua argúcia metodológica, Hartshorne viu em que ponto geografia e história se correspondem — não no objecto do conhecimento, mas na estrutura própria aos processos de conhecimento dos objectos específicos de cada uma das disciplinas referidas: «Se o campo em que ele [o geógrafo], desde há muitos anos, tem trabalhado, for de súbito vigorosamente atacado, de tal modo que ele receie que todo o desenvolvimento esteja ameaçado de ruína, que releia esse ataque, substituindo a palavra 'geografia' pela palavra 'história', a palavra 'região' pela palavra 'período'. O resultado será a devastação do campo da história — não poderá haver, descobrirá ele então, uma ciência da história» (R. Hartshorne, «The nature of Geography, A critical survey on current thought in the light of the past», *Annals of the Association of American Geographers*, v. XXIX, n.º 3 e 4, 1939, p. 320 [144]).

[6] Sem se elevar a uma compreensão teórica do problema e restringindo-se a casos particulares, Hartshorne ataca pela base a ideologia da causa-efeito. «Ao considerarmos uma certa unidade regional, ou *'individual landscape'*, qualquer que seja a forma por que a tenhamos determinado, a maior objecção que se levanta reside no facto de as mudanças no interior dessa região não serem necessariamente produzidas pelas suas próprias forças, podendo ser causadas por uma força actuando de outras áreas. A *'landscape'* das lezírias do baixo Mississipi foi em parte produzida, e em qualquer momento pode ser alterada, pelas condições reinantes nos Apalaches do Norte. Bluntschli descreveu como a 'harmoniosa *landscape*' das terras baixas do Amazonas foi quebrada por forças e materiais provenientes de terras a centenas de milhas de distância. Efectivamente, Schlüter defendeu que a maior parte das mudanças em áreas é causada pelo movimento de populações vindas de outras áreas» (R. Hartshorne, «The nature of Geography, A critical survey of current thought in the light of the past», *Annals of the Association of American Geographers*, v. XXIX, n.º 3 e 4, 1939, p. 357 [181]).

[7] É este o lugar de graves mal-entendidos, o menor dos quais não é, sem dúvida, o da «ciência burguesa», que Lenine tão violentamente combateu de 1917 a 1924. Na base de todos eles reside uma habitual distorção, a de se considerar como interno à ciência aquilo que o silêncio estrutural desta permite dizer-se.

O nível científico de uma dada ideologia é constituído por diversos sectores. Esses sectores, e as suas características, são determinados pelo modo de produção, determinante do nível científico. Mas a articulação mútua desses sectores é a sua articualção na estrutura ideológica, ou seja, a articulação de cada sector do nível científico com os restantes sectores desse nível e com o nível reprodutor das condições de existência das classes sociais, e vimos já que são as relações de produção a determinante dessa articulação. É o modo de produção que determina as características de uma ciên-

cia, logo, os seus silêncios, mas são as relações de produção que determinam o que vai ser proferido nesses silêncios. Mas o que importa salientar é que, se um dado silêncio é interno à estrutura de uma dada ciência, não o é aquilo que nesse silêncio vai ser dito. Que um silêncio não implica *um* discurso, não o viu Michel Pécheux, ao escrever, sobre as posições relativas da electricidade e da biologia em relação à física, «que as 'pequenas diferenças' que caracterizam as duas posições relativas passam pela relação que essas ciências mantêm com *o seu exterior, isto é, com os seus efeitos extra-científicos*». E, algumas linhas adiante: «(...) as relações entre diversas disciplinas não são reguladas exclusivamente pelo conteúdo científico dessas disciplinas, mas há uma outra coisa a intervir, a qual é o conjunto *dos seus efeitos extra-científicos*» (Michel Fichant, Michel Pécheux, *Sur l'histoire des sciences*, François Maspero, Paris 1969, p. 40, sublinhados meus). Pécheux vê claramente a determinação das ciências pelo modo de produção e, portanto, a determinação pelo modo de produção das características específicas de cada ciência — «(...) é aqui a relação diferencial entre as formas de aplicação técnica à produção material que constitui o elemento dominante a partir do qual se regula o problema da relação histórica entre as duas disciplinas. Se aplicar esses princípios ao problema das relações entre a física e a biologia, serei levado a dizer que a física e os ramos conexos, incluída a química, encontram historicamente o seu domínio de aplicação *na transformação dos instrumentos de trabalho (meios de produção) postos em jogo no processo de produção económico* e que a biologia encontra o seu na prática médica enquanto *manutenção e adaptação da força de trabalho* que se combina com o instrumento de trabalho no processo de produção económico. A prática de aplicação da biologia refere-se pois ao lugar específico do animal humano como elemento das forças produtivas» (id., p. 41, sublinhado no original) — mas não obstante considera a articulação desses sectores do nível científico na estrutura ideológica como implícita nas suas características de ciência: «(...) a vulnerabilidade da ciência biológica às explorações por parte das concepções do mundo dominantes (...) explica-se pelos problemas específicos da aplicação da biologia ao processo de produção económico» (id., p. 42). Não há dúvida que a articulação da disciplina médica na estrutura ideológica é determinada por esses problemas específicos, mas o que Pécheux não viu é que tais problemas específicos decorrem das relações de produção, e não directamente do modo de produção. Aqui reside o idealismo da interpretação althusseriana da história das ciências (ou das histórias das ciências, como dirá Fichant — p. 117) — dar ao nível reprodutor das condições de existência das classes sociais o mesmo determinante do nível científico, ou então, o que reverte no mesmo, considerar este último como determinante do primeiro. E aqui se insere directamente a negação althusseriana da prática, que se exprime, neste caso, na não distinção da especificidade entre práticas (a função no modo de produção, o lugar nas relações de produção) através da não distinção da especificidade entre os dois níveis da ideologia. Vemos, portanto, que determinar a ideologia pelo económico, sem determinar os diversos níveis da ideologia pelos diversos níveis do económico, resulta afinal numa queda directa no idealismo.

[8] Vasco de Magalhães-Vilhena teve clara consciência da lei da variação da amplitude relativa dos dois níveis da ideologia. Primeira fase, quando os interesses da classe dominante são os próprios interesses do desenvolvimento das forças produtivas e as exigências tecnológicas podem ser inteiramente correspondidas: «A princípio, quando se assiste a uma verdadeira *arrancada* das técnicas nas cidades industriais e comerciantes da Jónia, há estreita ligação entre a técnica e a ciência. Melhor ainda: uma real unidade (...) nessa época não se toma praticamente em conta a distinção entre as duas, pois a melhor especulação estriba na capacidade técnica» (Vasco de Magalhães-Vilhena, «Progresso técnico e 'blocagem' social na cidade antiga — Esboço de alguns problemas», (hilariante trad. de Rogério Fernandes), *Seara Nova*, n.º 1450, Agosto de 1966, p. 234). «A originalidade — e, ao mesmo tempo (R.F. traduz «de golpe»), a superioridade — técnica dos Gregos, em comparação com outros povos da antiguidade, reside em que, com eles, pela primeira vez no Ocidente, o pensamento técnico vem integrar-se na ciência (...) São os primeiros, no Ocidente,

a fazer a teoria da técnica (...) Pela primeira vez com os Gregos, a técnica tornou-se de facto objecto de consideração teórica, a técnica é ciência» (id., n.º 1449, Julho de 1966, p. 197). Segunda fase, quando o próprio desenvolvimento das forças produtivas fez com que se tornasse demasiado estreito o quadro em que se haviam movido, entrando-se então numa época de revolução; à medida que a crise se agrava, a classe dominante tenta travar o desenvolvimento das forças produtivas e, por outro lado, procura aperfeiçoar as ideologias e as técnicas de repressão, ou seja, o nível de reprodução das condições de existência das classes sociais passa a tomar um enorme peso. É o grito maurasiano de «*politique d'abord!*» — mas isso implicaria já uma análise dos diferentes conceitos de política, passemos adiante. Escreve Magalhães-Vilhena: «(...) se este impulso impetuoso das técnicas, pela experiência dos progressos que ele faz ver, suscita as primeiras manifestações da teoria do Progresso, em contrapartida contribui para (R. F. traduz «a») reforçar uma corrente de pensamento que, pelo menosprezo que mantém quanto ao valor humano do trabalho, contribui, por ricochete (R.F. traduz «por uma acção em retorno»), para entravar o progresso técnico e adormecer, durante séculos, a própria ideia de Progresso» (id., p. 198). «A criação das 'técnicas de regulação consciente das sociedades' é um aspecto essencial, um facto decisivo da acção inovadora da Cidade-Estado (...) Com o êxito da Cidade-Estado, depois do acesso ao poder das novas camadas sociais urbanas, surgidas das transformações económicas, aparecem e ganham predomínio novas formas de acção e de pensamento» (id., p. 197). (Nas primeiras linhas dessas técnicas de 'controle' social: política, económica, finança, direito (criação do direito civil, adopção do direito comercial), retórica, pedagogia, filosofia, ética. Com efeito, no quadro da Cidade-Estado ateniense, ao sair da guerra do Peloponeso, essas técnicas são as que parecem responder mais às necessidades e determinações sociais» (id., p. 198). «Na época clássica da Cidade grega antiga, rompeu-se a unidade da ciência e da prática técnica (...) essa rotura que reflecte a contradição fundamental do regime esclavagista (...) não passa de um componente de um vasto conjunto: desafecto em relação (...) à vida servil (labor manual, mecânico, artesanal, comercial, e em todos os casos remunerado) (...) desprezo também do saber-fazer da empíria (...) valorização idealista das ciências puras, 'totalmente destituídas de utilidade', de que o jovem Aristóteles do *Protréptico* exalta a segurança e a rapidez dos progressos sobrevindos no seu tempo em contraste com a falta de segurança e a estagnação das técnicas (...) Mas além do divórcio da ciência e da técnica, aparece, em Platão, e entre os platónicos da Academia (um dos quais o jovem Aristóteles), a distinção, em cada ciência, de duas espécies (R. F. traduz «sortes») de ciência: uma sábia e 'nobremente' teórica, a outra vulgar e 'baixamente' experimental. E assim o Aristóteles do *Protréptico* descaiu-se em (R. F. traduz «resvalou a») dizer que, nas ciências, o domínio do conhecimento é distinto do domínio da experiência (...) Técnicas do corpo, técnicas intelectuais e artísticas e técnicas de 'controle' social, levando por diante a sua arrancada, ganham em dignidade um estatuto social que os preconceitos de classe nas condições de uma sociedade antagónica recusavam tanto às 'técnicas de adaptação às coisas' como às já existentes 'de expressão' e 'de criação de coisas'» (id., n.º 1450, Agosto de 1966, p. 234). «O *desvio* do desenvolvimento da função técnica em direcção às técnicas de regulação social de algum modo em detrimento das artes industriais, e o alargamento do domínio técnico é típico da Cidade-Estado, no seu auge» (id., pp. 234-235).

Vasco de Magalhães-Vilhena cai, é certo, numa confusão, ou por outra, não procede a uma distinção clara entre os dois níveis da ideologia, assimilando abusivamente *na terminologia* empregue certas formas do nível científico com formas reprodutoras das condições ideológicas de existência das classes; mas esta confusão pode ser corrigida no próprio campo do artigo de Magalhães-Vilhena.

Sobre este assunto, ver também o terceiro parágrafo da nota 13.

[9] São múltiplas as formas por que um nível da ideologia se assimila formalmente a outro. Nos EUA, o país capitalista em que é mais amplo o campo que se oferece ao alargamento das forças produtivas, é geral o nível reprodutor das condições de existência das classes sociais assimilar-se formal-

mente ao nível científico, invocando essa assimilação formal como garantia — a única... — da validade «científica» das suas conclusões. Vejamos as aventuras por que passa, nessa assimilação, o maltusianismo vulgar. Dizem Meyer e Strietelmeier: «Ackerman foi o primeiro a reconhecer a necessidade de reduzir as co-variantes a um número praticável de variáveis que possam então ser equacionadas em termos de consumo e produção de recursos. Um lado da 'procura' e um lado da 'oferta' formam a equação. E, citando Akerman, prosseguem: «No lado da procura estão os números da população e do nível de vida; no lado da oferta, todos os atributos dos recursos e todos os atributos da cultura excepto o nível de vida. A equação poderia ser escrita como se segue:

«$PN = RQ(TASt) + Es + C \pm F - D$,
«ou

$$P = \frac{RQ(TASt) + Es + C \pm F - D}{N}$$

«tendo os símbolos o significado seguinte:

«P — número da população
«N — nível de vida
«R — total dos recursos
«Q — factor da qualidade natural dos recursos
«T — factor da tecnologia física
«A — factor das técnicas administrativas
«St — factor da estabilidade dos recursos
«D — elemento da frugalidade (desperdício ou intensidade do uso)
«F — vantagem institucional e elemento prejudicial de 'fricção' (*'friction' loss element*) em virtude das características institucionais da sociedade
«Es — elementos de escala económicos (extensão do território, etc.)
«C — recursos adicionados pelo comércio

«(...) A maior parte dos elementos desta equação não pode tão cedo ser preenchida por valores precisos em nenhum estudo populacional. Não obstante, a composição geral da relação contida no problema da adequação dos recursos parece estar descrita na equação» (A. H. Meyer, J. H. Strietelmeier, *Geography in world society, A conceptual approach*, USA, 1963, pp. 92-93).

[10] Precisamente porque espontâneas, as ideologias espontâneas raramente são objecto de estudo. O esforço inicial do marxismo para abrir esse novo campo de estudo foi abandonado por grande parte daqueles que se pretendem marxistas, em virtude do empirismo dogmático reinante. Pelo seu campo específico, foi a etnologia a disciplina que maiores esforços empreendeu no sentido de pensar o problema das ideologias espontâneas, já que constantemente se depara com ideologias completamente antagónicas mas todas elas *espontâneas*. Transcrevo um texto que ajudará à teorização das ideologias espontâneas: «(...) os 'mitos de criação' ou 'mitos axiológicos'. É temerário tomar essas 'cosgomonias', ainda que frequentemente pareçam ceder a uma espécie de narração cronológica, por 'histórias' ou mesmo por 'génesis'. Quando esses mitos se apresentam como 'histórias' dessa espécie, estamos em presença de mitos degenerados, de lendas: traem, com efeito, um certo trabalho de intelecção, de explicação por via histórica. De facto, os mitos de criação, como todos os mitos, envolvem a realidade sensível e validam-na. São antes mitos de 'fundação', pelos quais a presença 'desta' montanha, 'destas' ilhas, 'deste' rio, se encontra garantida. Trata-se de uma espécie de ingénua 'antologia'; justificação pela 'instituição' mítica, expressa simbolicamente pela noção de 'origem'; justificação em segundo grau pelo rito, ele próprio validado pela palavra do mito. De facto, essa fundação não é um acontecimento relegado num passado distante; é contínua e actual. Para lhe encontrar um equivalente na nossa mentalidade de Modernos, seria necessário invocar um dos grandes 'princípios' que 'sustentam' o mundo, a lei da gravitação universal ou ainda o princípio da conservação da matéria» (E. Dardel, *L'homme et la terre, Nature de la réalité géographique*, PUF, 1952, p. 80).

[11] Ainda aqui se manifesta usualmente a confusão entre o indivíduo enquanto representante de um tipo ideológico, e a incompreensão do facto de esta classificação não representar a decomposição de um fenómeno mas sim o duplo ponto de vista sob que esse fenómeno pode ser considerado, de tal

forma que um ponto de vista exclui o outro na análise. Pécheux chama «formações ideológicas práticas (concepções do mundo)» (Michel Fichant, Michel Pécheux, *Sur l'histoire des sciences*, François Maspero, Paris 1969, p. 38) às formas de reprodução das condições de existência das classes sociais que se articulam com a ciência ao nível dos representantes individuais dessa ciência, ou seja, na estruturação dos tipos particulares de ideologia. É uma classificação correcta que contrasta com uma outra que, não polemicamente, é apontada em outro local da mesma obra: Althusser denomina «filosofia espontânea dos cientistas», «não o conjunto das ideias que os cientistas têm sobre o mundo (quer dizer, a sua 'concepção do mundo'), mas somente o conjunto das ideias que têm na cabeça (conscientes ou não) e que dizem respeito à sua teoria científica e à ciência» (id., p. 29). Aparentemente, trata-se do problema da articulação do nível científico na estrutura ideológica; na realidade, a restrição a que Althusser procede, separando a «filosofia espontânea dos cientistas» da sua «concepção do mundo», constitui uma forma — incorrecta — de pensar (ou de intuir) a distinção entre os dois níveis da ideologia. Incorrecta — porque essa distinção não pode ser pensada sob o ponto de vista da ideologia dos indivíduos, mas somente da função dos indivíduos no modo de produção. A mesma distinção é intuída por Bachelard que, tal como Althusser, a exprime no entanto como se se tratasse de uma distinção entre ideologias. Escreve Fichant, referindo-se polemicamente às concepções de Sarton: «O cientista moderno tornou-se um técnico, um 'manipulador'; tema filosófico (cf. Bergson, Husserl) que se tornou suficientemente comum para ser admitido pelo próprio cientista e lhe servir por vezes de filosofia (aquela que Bachelard chama a sua filosofia do serão, quando o cientista esquece o que faz realmente durante o dia)» (id., p. 69). Mas trata-se de uma distinção entre níveis da ideologia, e este aspecto é de tal forma importante que Bachelard, embora inconscientemente, não lhe pode fugir e é obrigado a colocar o seu personagem *fora das suas funções no modo de produção*, considerando pois essas funções como a determinante deste critério de divisão. Formalmente, o exemplo de Bachelard parece referir-se a um indivíduo com duas ideologias. Efectivamente, através do artifício de um cérebro partido ao meio, de tal forma que a metade do serão funciona enquanto dorme a metade do dia, Bachelard refere-se não a esse pretenso indivíduo mas ao que o artifício oculta: enquanto funcionando no modo de produção, o indivíduo representa um ou outro nível da ideologia.

[12] Escreve Virgil Gordon Childe: «Poder-se-ia pensar que o surgir da escrita, revolucionando a transmissão do saber, provocaria uma aceleração do progresso que se havia de reflectir na história da 'literatura científica da Babilónia e do Egipto'. Ora, nenhum documento literário prova esta hipótese. Os indícios de que dispômos são, sem dúvida, demasiado escassos para demonstrar irrefutavelmente esta afirmação. Mas ela não deixa por isso de ser extremamente compatível com o que acima foi dito sobre o respeito supersticioso que envolvia os escritos» (Virgil Gordon Childe, *La naissance de la civilisation*, Gonthier, Paris 1963, p. 223). «O último efeito da inclusão dos artífices [o trad. escreve «artistas»] na classe mais baixa foi impedir-lhes o acesso à escrita, isolando, no Egipto e na Suméria, a ciência pura, dos *letrados*, das ciências aplicadas, dos mineiros, fundidores, forjadores e oleiros. As tradições artesanais não eram entregues à escrita, continuando a ser transmitidas apenas pelo preceito e pelo exemplo. A ciência prática mantinha-se, assim, empírica e particular, ao passo que a ciência *pura* não era fecundada pela experiência ganha na prática da *oficina*» (Virgil Gordon Childe, *A pré-história da sociedade europeia*, Europa-América, Lisboa 1960, p. 108). Note-se que Childe não explica a razão por que as formas de reprodução das condições ideológicas de existência das classes se apropriam com exclusividade da escrita, nem sequer coloca o problema. Além disso, chama «ciência pura» a uma forma de reprodução das condições ideológicas de existência das classes, com o que mostra não ter compreendido a especificidade dos dois níveis de que a ideologia se compõe, e mais ainda: parece estabelecer uma relação de continuidade entre o nível científico no modo de produção capitalista e aquele nível a que chama «ciência pura» no Oriente antigo, entrando por este modo em franca con-

tradição com o que afirma em outras passagens, negando tal continuidade, como veremos na nota seguinte. Mas, para este caso, o importante é que a técnica da escrita, no Oriente antigo, vai servir essencialmente as formas de reprodução das condições ideológicas de existência das classes sociais. Daí, a importância social do escriba, o único *técnico* com uma posição relativamente elevada na hierarquia social. Childe confirma essa posição, sem compreender a sua causa, evidentemente: «(...) muito pequena parte da sabedoria prática dos camponeses, e parte ainda menor da dos artífices, foi integrada no sistema da nova sabedoria *registada*. Porque a escrita era um mistério, e os seus iniciados, se não chegavam a dirigentes, estavam colocados muito acima das massas oprimidas» [o trad. escreve «sujeitas»] (Virgil Gordon Childe, *A pré-história da sociedade europeia*, Europa-América, Lisboa 1960, p. 107). Vimos um exemplo de como a função dos indivíduos no modo de produção hierarquiza esses indivíduos nas relações de produção, de tal forma que essa hierarquização se irá exprimir, no campo ideológico, por uma hierarquia dos diferentes tipos de ideologias particulares. «Domina a escrita, para estares ao abrigo das rudes tarefas e tornares-te um magistrado altamente considerado», diz um texto egípcio. «O escriba está liberto do trabalho manual; é ele quem manda (...)» (Childe, *La naissance...*, p. 185).

Vejamos agora como essa hierarquia assume a forma aparente de hierarquização dos níveis da ideologia. «Geminus distingue entre os *primeiros princípios*, que dizem respeito à natureza real das coisas e que são o objecto do *Físico*, e as *construções segundas*, que são as representações geométricas da ordem aparente e observável dessas mesmas coisas e que respeitam ao *Astrónomo*. O Astrónomo recebe os seus princípios do Físico e tem como função, no quadro por este fixado, encontrar as linhas geométricas, compostas a partir de círculos, que explicarão as aparências, que *'salvarão os fenómenos'*. Estas hipóteses do Astrónomo nem são verdadeiras nem falsas; desde que sejam compatíveis com os princípios assentes pelo Físico (que têm, esses, a pretensão à verdade) e que permitam o cálculo, são legítimos. Assim, diversas hipóteses matemáticas são possíveis, enquanto que a essência das coisas é una. Diz o Físico que o Mundo é esférico, que a Terra está imóvel no seu centro; o Astrónomo mostra então que se pode explicar o movimento dos planetas por diversas combinações, a dos excentricos (diz-se nesse caso que o Planeta está colocado sobre um grande círculo cujo centro está em rotação à volta da Terra), ou a dos epiciclos (diz-se então que o Planeta se move sobre um pequeno círculo, ele próprio movendo-se sobre uma circunferência da qual a Terra é o centro). Não se pode optar entre estas duas construções, que ambas explicam igualmente bem as mesmas observações» (Michel Fichant, Michel Pêcheux, *Sur l'histire des sciences*, François Maspéro, Paris 1969, pp. 78-79; sobre o mesmo assunto, será indispensável ler as pp. 85-87). Este texto é exemplo de uma dupla aparência, de tal forma que a correcção da primeira aparência é ainda uma aparência. Por um lado, parece tratar-se de uma hierarquização entre dois sectores do nível científico — Física, Astronomia — quando se trata da hierarquização do nível científico (ou de um dos seus sectores, a Astronomia neste caso) sob o nível reprodutor das condições ideológicas de existência das classes. (Porque é que o nível científico de uma dada ideologia pode denominar-se tal como o nível reprodutor das condições ideológicas de existência das classes numa ideologia anterior — é uma questão que não importa aqui analisar, mas que decorre da assimilação formal de um a outro nível, determinada na própria articulação de uma ideologia, logo, pelas relações de produção). Mas, por outro lado, caímos assim numa segunda aparência, pois que não se trata de uma hierarquização dos níveis da ideologia mas sim de uma hierarquização de tipos ideológicos distintos, cujos representantes nas relações de produção são, enquanto funcionando no modo de produção, representantes de um dos níveis da ideologia.

Vejamos por último um exemplo de hierarquização entre os próprios representantes de um mesmo nível da ideologia. Nos modos de produção em que existe uma unidade entre a força de trabalho e o meio de trabalho existe uma só categoria de representantes do nível científico. O nível científico consiste no complexo ideológico que permite à força de trabalho o domínio do meio de trabalho. «Com efeito, a manufactura mais não faz do que radi-

calizar ao máximo o carácter distintivo do trabalho artesanal que é *a unidade da força de trabalho e do meio de trabalho*. Por um lado, o meio de trabalho (a ferramenta) deve estar adaptado ao organismo humano; por outro, uma ferramenta deixa de ser um instrumento técnico nas mãos de quem a não saiba utilizar; o seu uso efectivo requer do operário um conjunto de qualidades físicas e intelectuais, uma soma de hábitos culturais (o conhecimento empírico dos materiais, dos gestos de mão que podem ir até ao segredo do ofício, etc.). É por isso que o ofício está indissociavelmente ligado à aprendizagem. 'Uma técnica', antes da revolução industrial, *é o conjunto* indissociável de um meio de trabalho, ou de uma ferramenta, *e de um operário*, formado na sua utilização por aprendizagem e hábito. A técnica é essencialmente individual, mesmo se a organização do trabalho é colectiva. A manufactura conserva propriedades e leva-as ao máximo (...)» (Louis Althusser, Etienne Balibar, *Lire le Capital*, François Maspéro, Paris 1968, v. II, pp. 130-131). É esse «conjunto indissociável» o nível científico nos modos de produção referidos. No modo de produção capitalista, o meio de trabalho e a força de trabalho encontram-se dissociados, o meio de trabalho e o objecto de trabalho encontram-se unidos. Quebrada a unidade entre o meio de trabalho e o objecto de trabalho, quebra-se a unidade entre os representantes individuais do nível científico. Os produtores directos — trabalhadores produtivos — são hierarquizados nas relações de produção sob os trabalhadores improdutivos. Criam-se assim duas categorias de representantes do nível científico. A categoria hierarquicamente inferior é expulsa, na estrutura ideológica reinante, não só do nível científico como até da própria ideologia: essa expulsão processa-se na articulação dos níveis da ideologia, quero dizer, essa expulsão constitui uma forma específica por que, no modo de produção capitalista, se reproduzem as condições de existência das classes. Essa simultânea restrição e deslocação do nível científico é uma das formas por que se reproduz a super-estrutura social do modo de produção capitalista. Reside aqui a mistificação da distinção entre trabalhadores produtivos e trabalhadores não-produtivos; apagar-se essa distinção é uma forma específica da expulsão ideológica do trabalhador produtivo do nível científico. Ao mesmo tempo, têm lugar os conflitos constantes, porque estruturais, entre os representantes do nível científico e os representantes do nível reprodutor das condições ideológicas de existência das classes. Quando a amplitude relativa do nível científico está na fase tendencial de crescimento, os seus representantes visam ocupar a hierarquia superior nas relações de classe. É a época de grandes construções utópicas, já que esse projecto é votado ao fracasso; representa sem dúvida uma situação objectiva — a referida tendência de crescimento — mas ignorando os limites dessa tendência, porque esses limites não residem na sua expressão consciente. No modo de produção capitalista, em virtude de circunstâncias várias (a restrição e deslocação do nível científico a que aludi; a forma específica por que os trabalhadores produtivos reproduzem as suas condições de existência como classe), esse conflito põe unicamente em choque uma das categorias de representantes do nível científico, os trabalhadores improdutivos, aqueles mesmos a quem a estrutura ideológica reinante confere os foros de exclusividade na representação do nível científico, contra os representantes do nível reprodutor das condições ideológicas de existência das classes (formados profissionalmente nas academias militares, nas faculdades de Direito e nas de Letras). A utopia da sociedade tecnocrática revela que a sociedade capitalista se encontra numa fase tendencial de crescimento e de amplitude relativa do nível científico, mas os limites dessa tendência, isto é, o carácter dessa utopia, só na estrutura da produção capitalista os podemos determinar.

[18] Childe refere explicitamente que o nível científico de uma dada estrutura ideológica se filia, não no nível dessa estrutura que consiste na reprodução das condições ideológicas de existência das classes sociais, mas no nível científico de uma outra estrutura ideológica anterior. «(...) visivelmente, a ciência não procede directamente da magia ou da religião. Mostramos nesta obra que a origem da ciência provém das artes e ofícios com os quais ela inicialmente coincidiu. E, na medida em que a religião conseguiu anexar qualquer arte — astronomia, medicina — o valor desta foi, assim, esterilizado» (Virgil Gordon Childe, *La naissance de*

la civilisation, Gonthier, Paris 1963, p. 241). Trata-se, é claro, de uma formulação não científica, em que, nomeadamente, reina um errado conceito de eficácia, querendo aplicar à religião — forma de reprodução das condições ideológicas de existência das classes sociais — o conceito de eficácia do nível científico. Esta concepção e as suas consequências estão já focadas no texto, pelo que este caso pode servir de exemplo. Noutro ponto, Childe formula a mesma ideia, mais sinteticamente: «No entanto, repetimo-lo, a ciência europeia deve mais à sabedoria tradicional da artífices iletrados do que às especulações dos *escribas*» (Virgil Gordon Childe, *A pré-história da sociedade europeia,* Europa-América, Lisboa 1960, p. 108). Sobre a relação dos escribas com o outro nível da estrutura ideológica, ver a nota 12. Engels, na obra citada na continuação desta nota (pp. 33-34), parece filiar também o nível científico de uma estrutura ideológica no nível científico de uma estrutura ideológica anterior: «(...) paralelamente à ascenção da burguesia, produziu-se o grande surto da ciência; *de novo* a astronomia, a mecânica, a física, a anatomia e a fisiologia foram cultivadas» (subl. meu). Mas, linhas mais à frente, contradiz-se, confundindo este nível científico com a chamada «ciência» medieval, isto é, na realidade, confundindo o nível científico de uma estrutura ideológica com o nível que constitui a forma de reprodução das condições ideológicas de existência das classes na estrutura ideológica anterior: «Até então, a ciência não tinha passado de humilde serva da Igreja, que jamais lhe permitiu ultrapassar os limites assentes pela fé; *era tudo, salvo uma ciência*» (subl. meu). Os limites da ciência medieval eram os exigidos pelo tipo de desenvolvimento das forças produtivas nesse período. É dentro desta perspectiva que devemos encarar a sua eficácia. Ela é distinta da alquimia e quejandas «ciências», cuja eficácia era outra, como vimos já. Mas, apesar desta contradição, Engels viu bem, na mesma obra, a filiação de um nível de uma estrutura ideológica no mesmo nível de outra estrutura ideológica anterior, como mostrarei na continuação desta nota. De uma forma muito mais consciente, Vasco de Magalhães-Vilhena filia o nível científico de uma estrutura ideológica no nível científico de outra estrutura ideológica anterior: «Nesta perspectiva (de Lefebvre des Noettes, Pierre Duhem, Anneliese Maier e Crombie), a ciência e a técnica modernas seriam herdeiras directas do pensamento medieval, e não do saber e do saber-fazer dos antigos. Alexandre Koyré mostrou que uma tal tese em história das ciências era destituída de fundamento. (...) Apesar das aparências contrárias de continuidade histórica — Koyré insistiu nisso de modo multíssimo pertinente — 'a física clássica, saída do pensamento de Bruno, de Galileo, de Descartes, não continua, de facto, a física medieval dos [Buridan e Nicole Oresme]; coloca-se directamente [o trad. escreve «de golpe»] num plano que gostaríamos de qualificar de arquimediano'». E, algumas linhas à frente, diz o mesmo autor: «(...) a ciência moderna nasceu da ciência antiga (...) a técnica moderna encontra os seus alicerces teóricos ao mesmo tempo na ciência antiga e na moderna (...)» (Vasco de Magalhães-Vilhena, «Progresso técnico e 'blocagem' social na cidade antiga — Esboço de alguns problemas», *Seara Nova* n.º 1448, Junho de 1966, p. 169). Como é preenchido este hiato? Diz o mesmo autor: «São justamente focos de cultura grega situados em países que muitas vezes se consideram 'bárbaros' que se revelarão os verdadeiros depositários das tradições antigas» (id., id. n.º 1450, Agosto de 1966, p. 235). Mas deixemos esta questão, sem aflorar sequer os problemas que ela levanta, para concluir com o autor: «Dos tecnólogos gregos vem, na verdade, o primeiro esforço no sentido de dar um fundamento científico à técnica. É esse esforço prodigioso que é retomado pela tecnologia moderna» (id., p. 234). Marx, pelo contrário, parece filiar a química moderna na alquimia medieval. «Tal como a química nasceu independentemente da vontade [*à l'insu*] dos alquimistas que queriam fazer ouro, também as fontes da indústria e do comércio mundiais jorram independentemente da vontade dos possuidores de mercadorias lançados em perseguição da mercadoria sob a sua forma mágica» (Karl Marx, *Contribution à la critique de l'économie politique,* em *Oeuvres-Économie,* Gallimard, col. Pléiade, 1969, v. I, p. 413). Mas, como se trata, neste contexto, unicamente de uma figura de estilo, limito-me a assinalar a questão e passo adiante.

Em 1892, num trabalho precursor, Engels analisou um caso concreto de

filiação de uma forma de reprodução das condições ideológicas de existência das classes sociais no mesmo nível de uma estrutura ideológica anterior. As condições específicas da luta de classes em Inglaterra determinaram a dependência da burguesia inglesa em relação à aristocracia. «Que seria da burguesia inglesa sem a sua aristocracia, que lhe ensinava as boas maneiras (por piores que fossem), que inventava para ela as suas modas, que fornecia oficiais ao exército para a manutenção da ordem interna, e à armada, para a conquista de novas colónias e de novos mercados?» (Friedrich Engels, *Socialisme utopique et socialisme scientifique*, (Introdução à edição inglesa de 1892), Éditions sociales, Paris 1968, p. 41). «A burguesia inglesa está ainda hoje tão penetrada pelo sentimento da sua inferioridade social que mantém à sua própria custa e à custa do povo uma classe decorativa de mandriões para representar dignamente a nação em todas as circunstâncias solenes, e considera-se multíssimo honrada quando um dos seus membros é julgado suficientemente digno para ser admitido nesse corpo exclusivo, fabricado no fim de contas por ela própria» (id., p. 46). «Em Inglaterra, nunca a burguesia possuiu o poder sem o partilhar», resume Engels (id., p. 44). Este facto está longe de ser tipicamente inglês e, com estas características, não é mais do que uma aplicação particular da lei geral que Engels formula: «Parece ser uma lei do desenvolvimento histórico que a burguesia não possa em nenhum país da Europa apoderar-se do poder político — pelo menos por um tempo razoavelmente longo — do mesmo modo exclusivo por que a aristocracia feudal o conservou na idade média» (id., pp. 43-44). Deve-se esta situação ao facto de a burguesia criar num ritmo acelerado a sua classe antagónica. Para manter os seus privilégios na luta daí resultante, é obrigada a coligar-se com a aristocracia, classe que acabou de derrubar no plano político, e que é demasiadamente fraca para concorrenciar a burguesia, sendo ainda suficientemente forte para lhe fornecer um apoio na luta contra o proletariado. Curiosa miopia, pois, a de Engels, que o leva, algumas linhas adiante, a inverter os termos da questão: «Um reino duradouro da burguesia só foi possível em países como a América, em que o feudalismo não existia e onde, logo de início, a sociedade se constituiu sobre a base burguesa» (id., p. 44). Na realidade, é tautológico dizer-se que na América do Norte a burguesia não se aliou à nobreza porque esta não existia. O problema é, pois, como se segue: a transplantação da sociedade burguesa para um enorme espaço «livre» (a burguesia arrasou os índios americanos com uma facilidade muito maior do que a que lhe foi necessária alguma vez na História para cortar a cabeça de um nobre) permitiu que as contradições entre as classes se atenuassem enquanto durou a expansão interna; hoje, que o capitalismo americano prossegue a sua expansão exterior, imperialista, ele efectua uma política de alianças com as classes aristocráticas dos países para onde se expande, e que controla. Mas não é esta a nossa questão. Assente, pois, a necessidade de a burguesia se aliar com as antigas classes opressoras, vejamos a consequência deste facto no plano ideológico. «Em Inglaterra, a continuidade das instituições pré-revolucionárias e post-revolucionárias e o compromisso entre os grandes proprietários fundiários e os capitalistas tiveram a sua expressão na continuidade dos precedentes jurídicos e na conservação respeitosa das formas feudais da lei» (id., p. 30). «Ele próprio (o comerciante ou o proprietário da manufactura) era religioso, a religião fora a bandeira sob a qual havia combatido o rei e os senhores; não demorou muito a descobrir as vantagens que se podia tirar dessa mesma religião para agir sobre o espírito dos seus inferiores naturais e para os tornar dóceis às ordens dos patrões, a quem a impenetrável sabedoria divina achara por bem dar um lugar superior. Em suma, a burguesia inglesa tomava lugar na opressão das 'classes inferiores', da grande massa produtiva da nação, e um dos seus instrumentos de opressão foi a influência da religião» (id., p. 38). Durante dois anos, de 1848 a 1850, a Europa é atravessada por um frémito revolucionário em que a classe operária se destaca na vanguarda. Se antes a burguesia inglesa estava convencida de que era necessário manter o espírito religioso na classe operária, como estas experiências a fizeram sentir mais imperiosamente ainda a necessidade da religião!» (id., p. 43). «Agora, mais do que nunca, o povo deve ser mantido de rédea curta pelos meios morais, e o primeiro e principal meio de acção sobre as massas é, e continua a ser, a religião» (id., p. 47).

De início, o caminho seguido pela burguesia francesa foi diferente. Quando os estreitos limites do feudalismo francês estalavam sob a pressão do desenvolvimento das forças produtivas, sem as poderem já conter, dá-se um enorme surto científico exigido pelas necessidades desse desenvolvimento. Quanto maior fôr a tensão entre as forças produtivas que se desenvolvem e o modo de produção que procura impedir esse desenvolvimento e manter dentro dos seus estreitos limites, já condenados, essas forças produtivas, tanto maiores serão as necessidades que o desenvolvimento das forças produtivas impõem à ideologia e, conseguintemente, tanto maior será a amplitude do nível científico no interior da estrutura ideológica. «Para que estas conquistas da burguesia, já maduras e prontas a ser colhidas, pudessem ser asseguradas», diz Engels, «foi preciso que a revolução ultrapassasse muito o seu objectivo (...). Esta parece ser uma das leis da evolução da sociedade humana» (id., p. 36). Ao contrário da Inglaterra, o quadro do feudalismo francês havia permanecido irremediavelmente estreito. A tensão resultante, e as suas consequências, tiveram por isso como resultado o caso concreto em que melhor se desenvolveram todas as determinações que, nos outros casos, aparecem mais ou menos atenuadas nos seus efeitos. Assim, a revolução francesa possui um valor de exemplo universal sendo, ao mesmo tempo, a excepção à regra. É este aspecto aparentemente contraditório que a historiografia ideológica é impotente para resolver, ou tomando-a como modelo de todas as outras ou, por ver o seu carácter excepcional, negando-lhe o valor de exemplo. «Os materialistas franceses não limitaram as suas críticas somente às questões religiosas; opuseram-se a todas as tradições científicas e às instituições políticas do seu tempo. E, para provarem que a sua doutrina tinha uma aplicação universal, tomaram o caminho mais rápido e aplicaram-na arrojadamente a todos os objectos do saber numa obra de gigantes que lhes valeu o nome — a 'Enciclopédia'» (id., p. 39). Mas, quando o modo de produção capitalista imprime um tal desenvolvimento às forças produtivas que começam (ciclicamente) a tornar-se estreitos os limites que as contêm, os reflexos sociais desse antagonismo vão determinar na estruturação da ideologia uma redução (cíclica) da amplitude do nível científico e uma extensão (cíclica) da amplitude do nível reprodutor das condições ideológicas de existência das classes. «(...) a burguesia francesa (...) negava a filosofia do século XVIII e, (...) como o cão da Bíblia, voltava ao seu vómito», anota Lafargue (id., p. 24). «A burguesia francesa passou a jejuar às sextas (...). O seu materialismo afastara-os do bom caminho. *'Die Religion muss dem Volk erhalten werden'* — é preciso conservar a religião para o povo, — só ela pode salvar a sociedade da ruína total. Infelizmente para eles, só o descobriram depois de terem empregue os melhores esforços a destruir para sempre a religião. Era a vez do burguês britânico bradar em desforra: 'Imbecis! Há dois séculos que vos podia ter dito isso!'» (id., p. 48).

Ignorando a distinção entre os dois níveis da ideologia, Althusser pode estabelecer um processo de evolução das ciências inteiramente separado do processo de transformação da realidade concreta, confundindo sistematicamente, por isso, o nível científico da ideologia com o nível reprodutor das condições ideológicas de existência das classes numa ideologia anterior. Sob este aspecto, seria da maior utilidade uma leitura cruzada dos seus textos em *Lire le Capital* e de *Sur l'histoire des sciences*. Limito-me agora a observar que este é um dos aspectos da negação althusseriana da prática (ver a este respeito a nota 7).

[14] «(...) um pequeno mas crescente número de autores da segunda metade do século XVIII que se esforçaram por elevar a geografia, da sua posição subordinada, para a de ciência independente, *'reine Geographie'*, ou 'geografia pura', como lhe vieram a chamar (...) A primeira expressão deste movimento consistiu na exigência de que a geografia considerasse, como seu primeiro objecto, o mundo, não em termos de divisões políticas, mas das mais reais e duradouras divisões da natureza. As divisões das áreas só podem ser estabelecidas por fronteiras, e assim esta concepção começou por se exprimir na exigência de que a geografia dividisse o mundo por 'fronteiras naturais' de 'regiões' [*'lands'*] em vez de o dividir por fronteiras políticas de Estados. Este movimento, que representava um eco de Estrabão, fôra já expresso por muitos autores, tanto geógrafos como juristas (nomeada-

mente Grotius), no século XVI» (R. Hartshorne, «The Nature of Geography, A critical survey of current thought in the light of the past», *Annals of the Association of American Geographers*, V. XXIX, n.º 3 e 4, 1939, ps. 212 [36] — 213 [37]).

[15] Um caminho de investigação: quais os diversos elementos que, nesta fase, foram sucessiva ou simultaneamente considerados fronteiras?

[16] A estas duas fases correspondem respectivamente num nível mais geral, as ideologias humanista e racista. Um problema a resolver, e cuja solução contribuirá para esclarecer as relações da super-estrutura ideológica com a infra-estrutura económica: as ideologias da segunda fase acham-se contidas, como tendência, nas ideologias da primeira fase, ou é somente o imperialismo que se acha contido no modo de produção capitalista, como tendência deste?

[17] Este processo repete-se nos diversos campos ideológicos. O legitimista Balzac, na literatura, Lord Shelley, na teoria literária e na estética, bem como na produção poética, levou mais longe ainda esta crítica, até ao ponto de mudar a sua posição *prática* de classe (note-se que distingo «posição de classe» e «posição prática de classe»). Na teoria política e no comentário político, Alexis de Toqueville. Rougemont na teoria do amor. Malaparte na crítica do comportamento, e por aqui fora. Note-se que a inexistência de discípulos, por causas que já adiante explico, tornam céptica a crítica elaborada, ou melhor, dão-lhe um carácter de cepticismo anarquista.

Paris, Fevereiro-Maio de 1971